

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**CONHECIMENTO DA LINGUAGEM E SEU USO SOCIAL:
UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM ORDINÁRIA A PARTIR DO
CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE
WITTGENSTEIN**

CÉLIO COSTA RODRIGUES

MANAUS – AM

2019

CÉLIO COSTA RODRIGUES

**CONHECIMENTO DA LINGUAGEM E SEU USO SOCIAL:
UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM ORDINÁRIA A PARTIR DO
CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade Federal do Amazonas - UFAM como requisito para obtenção de grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Soraya Paiva Chain

MANAUS-AM

2019

Aos meus falecidos, mas sempre amados pais, João e Maria, *in memoriam*.

Aos meus filhos Gabriel, Bernardo, Hector, M^a Júlia e M^a Heloíse, que nunca deixo de amá-los.

À minha amada Andrezza, companheira de meus momentos felizes.

À minha orientadora Soraya Chain, a quem agradeço a grandiosa força envidada em favor de meus propósitos.

Aos meus amigos de meus espaços de hedonismo baré, sob a liderança de Dom Carlito, em especial.

Ao Professor Dr. Frantomé *in memoriam*.

Dedico.

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R696c Rodrigues, Célio Costa
Conhecimento da linguagem e seu uso social : uma análise da linguagem ordinária a partir do conceito de Jogos de Linguagem na filosofia de Wittgenstein / Célio Costa Rodrigues. 2019
66 f.: 31 cm.

Orientadora: Soraya Paiva Chain
Dissertação (Licenciatura Plena em Letras - Língua e Literatura Portuguesa) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Linguagem. 2. Jogos de linguagem. 3. Wittgenstein. 4. Linguagem ordinária. I. Chain, Soraya Paiva II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o sentido da linguagem em Wittgenstein, contido em sua obra *Investigações Filosóficas*, a partir de um estudo sobre determinados conceitos nela apresentados. Segundo estudos feitos, a partir de uma revisão bibliográfica e cotejados por uma literatura teórico-crítica sobre a filosofia wittgensteiniana, pretende-se uma contraposição do sentido de linguagem em Wittgenstein e a noção de linguagem sustentada pela filosofia platônica e a tradição filosófica, para o exercício hermenêutico e analítico de conceitos como Jogos de Linguagem e Forma de Vida que serão submetidos a uma leitura e interpretação crítica para o alcance do objetivo do presente texto.

Palavras-chave: Linguagem. Jogos de linguagem. Wittgenstein. Linguagem ordinária.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the meaning of language in Wittgenstein, contained in his work *Philosophical Investigations*, from a study on certain concepts presented in it. According to studies made, from a bibliographical review and collated by a theoretical-critical literature on Wittgensteinian philosophy, we intend to contrast Wittgenstein's sense of language and the notion of language sustained by Platonic philosophy and philosophical tradition. hermeneutic and analytical exercise of concepts such as Language and Life Form Games that will be subjected to a critical reading and interpretation in order to achieve the objective of this text.

Keywords: Language. Language games. Wittgenstein. Ordinary language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO DA LINGUAGEM NO OCIDENTE	15
1.1 A linguagem como instrumento de poder para os Sofistas	15
1.2 Platão: em busca da essência das palavras	18
1.3 O problema da linguagem em <i>De Magistro</i> , de Santo Agostinho	20
1.4 Rousseau e a origem da linguagem humana	21
1.5 As pesquisas históricas sobre as línguas no século XIX	23
1.6 O surgimento da Filosofia da Linguagem no contexto da problemática linguística contemporânea	25
1.6.1 Frege e a tentativa de construção de uma linguagem científica.....	26
1.6.2 A comunidade de fala laboviana e sua relação com a noção de linguagem no pensamento contemporâneo	27
1.6.3 A compreensão austiniiana de linguagem enquanto de 'atos de fala'.....	29
1.6.4 Russell e Wittgenstein: A linguagem como representação lógica dos fatos.....	31
2. O SENTIDO DA LINGUAGEM NAS <i>INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS</i> , DE WITTGENSTEIN	34
2.1 A crítica de Wittgenstein à noção tradicional de linguagem	36
2.2 O sentido da linguagem no contexto ordinário da existência humana	41
2.3 Análise da linguagem enquanto Jogos	45
2.4 A linguagem e seu fundamento: uma forma de vida	48
3. NATUREZA SOCIOPRAGMÁTICA DA LINGUAGEM: UMA ANÁLISE DAS INVESTIGAÇÕES	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa pretende uma análise sobre o conceito de linguagem ordinária, contida no pensamento de Wittgenstein, levando-se em conta as preocupações desenvolvidas a partir da primeira metade do século XX, no Ocidente, quando acontece o que muitos estudiosos chamam de virada linguística¹, pois a linguagem passa a ser o objeto primordial das discussões e produções científicas e filosóficas do Ocidente europeu.

Além de obras como *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968) e *Investigações Filosóficas* (1975), produções wittgensteinianas primordiais para nossos estudos, tomaremos, também, como suporte teórico para nossas análises, determinadas teorias e ideias contidas em obras de inúmeros autores que se dedicaram aos estudos da linguagem e sua problemática na história da filosofia, desde a antiguidade até o século XX. Esse recuo histórico, no pensamento ocidental, permite a tessitura de um pano de fundo onde se poderá compreender, com mais clareza, a importância da linguagem no rol de discussões filosóficas que se desenvolveram até nossos dias.

Em um sentido mais amplo, é compreensível tal estratégia metodológica, pois é inegável que, tanto sua vida como sua obra, não se apresentam tão palatáveis à mente daqueles que não estejam envolvidos e familiarizados com os temas, amiúde, destriçados por suas reflexões, como nos confirma Moreno (2000, p. 09), ao afirmar que, na vida de Wittgenstein, “dois ‘mistérios’ pelo menos são sempre colocados em primeiro plano: sua obra aparece como impenetrável e esotérica por vezes; sua vida, como excêntrica e inconstante”.

Quanto às obras de Wittgenstein, *Investigações Filosóficas* (1975) será aquela sobre a qual nos debruçaremos com mais demora, uma vez que ela aprofunda e enriquece o entendimento sobre os conceitos que serão usados para uma análise crítica, segundo perspectivas diversas, possibilitando-nos entender muito da crítica wittgensteiniana sobre a noção tradicional de linguagem esposada por boa parte da filosofia do Ocidente.

¹ A expressão em uso adota a definição de Richard Rorty (1999, p. 3) que a entende como “uma visão de que os problemas filosóficos são problemas que poderiam ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos presentemente”.

Em um segundo plano recorremos a outras obras, tal como o livro *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968), primeira obra de Wittgenstein, do início do século XX, que, a seu respeito, adverte Glock (1998, p. 356): “parte da dificuldade, e do encanto (deste livro) reside no fato de que se discutem ali problemas como o significado linguístico, a natureza da lógica, o objetivo da filosofia e o lugar do eu [...]”. O resultado de parte destas reflexões filosóficas nos servirá de parâmetro ligado à importância da linguagem para o conhecimento do mundo e do homem. É o caso de Platão, com sua obra *Crátilo*, que busca compreender a essência da linguagem a partir de uma análise dialética, terminando por concluir que “a linguagem é uma criação humana, uma convenção”. (SILVA, 2012, p. 17).

Ainda, para corroborarmos nossas impressões sobre o sentido das ideias que servirão para nossa análise e pesquisa, sobre a natureza da linguagem, nos apropriaremos de outros pensadores. Dentre estes, alguns nos fundamentarão, teoricamente, com suas pesquisas e teses, como se comprova com a leitura do trabalho de Arley R. Moreno, com sua obra *Os labirintos da linguagem – ensaio introdutório* (2000) e de Marconi Oliveira da Silva (2012), com o livro intitulado “Wittgenstein – Para além da linguagem agostiniana”. Também nos auxiliará a obra *Introdução à Linguística* (2011), organizada por Fernanda Mussalim e Anna C. Bentes, que contém um número variado de textos sobre a problemática linguística.

Merece destaque, dentre tantas outras obras afinadas com o objeto da pesquisa, o trabalho de Manfredo A. de Oliveira, intitulado *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea* (2006), pois esclarece o fenômeno de destaque e valorização da linguagem no cenário ocidental das discussões filosóficas. Não é por menos que, nas primeiras páginas, da obra já mencionada, afirma que “a linguagem se transformou em interesse comum de todas as escolas e disciplinas filosóficas da atualidade” (OLIVEIRA, 2006, p. 11). Deste modo, é compreensível que, na segunda metade do século XX, para se discutir o problema do conhecimento e, mesmo as questões éticas, muitos pensadores acreditam ser necessário buscar as expressões linguísticas mais adequadas e coerentes para um discurso que se pretenda científico ou filosófico.

Buscaremos, com outras leituras interpretativas, estabelecer uma análise sobre o conceito de ‘comunidade de fala’ de W. Labov (1972) para compreender de que modo se insere em um movimento que passa a dar valor à linguagem em seu plano social segundo o caráter pragmático, tendo, inicialmente, a compressão de

que este conceito se estabelece diante de “um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua” (LABOV *apud* SEVERO, 2008, p. 06). A linguística adquirirá características inovadoras em suas pesquisas, a partir dos estudos de Labov, que ressaltam uma visão sobre as práticas linguísticas segundo uma visão própria, que sofrerá variação de acordo com a condição cultural e econômica do falante.

Portanto, nossa pesquisa, nestas circunstâncias, volta-se, em um primeiro momento, para o esclarecimento do conceito de ‘jogos de linguagem’ em um contexto de pensadores que decidem por em ressalva os estudos sobre a linguagem ordinária e não mais sobre uma linguagem lógica e formalizada, sem lastro material e histórico; e, posteriormente, em uma dimensão mais abrangente, destacar a importância da fundamentação do diálogo que, em muitos casos, tem se produzido, nestas últimas décadas, entre a Filosofia da linguagem e as Ciências da Linguagem.

Wittgenstein, herdeiro da problemática filosófica, desenvolvida por pensadores como G. E. Moore (1873-1958), Bertrand Russell (1872-1970) e G. Frege (1848-1925), que compõem o quadro intelectual da filosofia analítica e lógica da linguagem, na obra *Investigações Filosóficas*, já, no início da segunda metade do século XX, “vai propor um alargamento dos horizontes linguísticos através dos jogos de linguagem, que por sua vez expressam formas de vida e fazem parte de contextos reais” (SILVA, 2012, p.11). Tais práticas linguísticas, de nosso cotidiano, estarão alicerçadas no plano de uma linguagem comum, exercitada no plano ordinário da existência dos indivíduos em seus mais diversos contextos sociais e culturais.

Esta iniciativa do autor do *Tractatus Logico-Philosophicus* encontrar-se-á, neste período, afinada com a preocupação de alguns outros pensadores, do século XX, que irão se dedicar ao problema da linguagem, não mais a partir de uma análise metafísica e essencialista, mas sim numa perspectiva materialista e sociocultural: perspectiva esta que não tem mais o centro de sua problemática situado em questões levantadas sobre a essência dos elementos que compõem a realidade linguística humana, mas sim, baseado nas ações de linguagem desenvolvidas no contexto social do indivíduo. Serão discussões no campo linguístico, comuns, por exemplo, a uma doutrina intitulada Filosofia da Linguagem Ordinária, desenvolvida na Inglaterra, tendo entre seus maiores pensadores o filósofo inglês John L. Austin, autor da obra *How to do things with words*, de 1976, resultado de uma conferência

que objetivava apresentar sua compreensão sobre os Atos de Fala, entendendo a linguagem enquanto uma atividade humana que, ora constata fatos do mundo ora, performaticamente, produz ações, no contexto comunicacional, com caracteres análogos aos efeitos produzidos pelos ‘jogos de linguagem’ do pensamento de Wittgenstein. Daí o interesse por abordarmos o pensamento deste linguista inglês, nesta pesquisa.

A partir do que acima foi exposto, entende-se por que o linguista russo Mikhail Bakhtin (2016, p. 11), ao afirmar que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” nos leva a abandonar a análise da linguagem segundo uma visão abstrata desta. Há um esforço, nos trabalhos deste autor russo, com fins a encontrar uma base concreta para os estudos da linguagem, ancorando-a em um panorama intercontextual, uma vez que, para este linguista, se

entende que a própria enunciação monológica é uma abstração, já que qualquer ato enunciativo, ainda que no âmbito da linguagem escrita, representa a resposta a algum outro texto, constituindo-se desse modo, num elo de uma cadeia de atos de fala (CAMACHO, 2013, p. 65).

Assim, no século passado, muitos filósofos aproximaram as discussões de natureza filosófica do campo científico da Linguística, pois passaram a abordar a linguagem em seu caráter pragmático, ou seja, considerando-se não mais a linguagem em si, como um ente puro, mas antes de tudo, levando-se em conta o falante, seu contexto e o uso da linguagem.

Outros pensadores desta fase, como o linguista Hjelmslev (1985), corroboram este novo olhar sobre a linguagem: a linguagem em seu uso, a linguagem como uma ação contextualizada. Afirma Hjelmslev (1985, p. 179) que a linguagem para o homem é “uma inesgotável riqueza de múltiplos valores [...], é o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana”.

Seguindo tal movimento, Wittgenstein, em uma fase de produção intelectual, fazendo a ‘crítica da linguagem agostiniana’, passa a reconhecer os problemas filosóficos como problemas linguísticos, pois, para ele, o significado das palavras depende do seu uso. Não por outro motivo, nosso filósofo, tende a acreditar que “a imagem agostiniana é nociva porque muitas teorias filosóficas e científicas se enraízam nela” (SILVA, 2012, p. 42). E, esta imagem prende-se apenas ao aspecto

representacional do agir linguístico originando uma compreensão unilateral deste aspecto humano.

É por isso que o filósofo austríaco procura “não elaborar um sistema filosófico, mas apenas fornecer conceitos operatórios, que podem ser aplicados conforme as circunstâncias, ou melhor, conforme a profundidade e a gravidade da confusão conceitual” (MORENO, 2000, p. 61). Deste modo, nas *Investigações*, não encontraremos respostas para questões sobre o ser disso e daquilo, mas sim um número considerável de questões, com fins a proporcionar uma análise do problema da linguagem sob as mais diversas perspectivas e contextos de uso.

Os ‘jogos de linguagem’, na filosofia das *Investigações*, é a ferramenta teórica para compreendermos o caráter material e pragmático da linguagem, e, é por isso que “na filosofia o problema inicia quando se usa uma palavra como uma procura da essência da coisa e se deixa de lado como ela é usada de fato” (SILVA, 2012, p.58). Reconhecendo-se a não univocidade da linguagem, far-se-á necessário compreendermos seus diferentes significados, e, submetermos nossa análise a um percurso abrangente, como um olhar repleto de perspectivas, pois, como afirma Wittgenstein (1975, p.38), “os problemas filosóficos nascem quando a linguagem entra de férias”. Então, segundo esta perspectiva, ao proferirmos nossas impressões científicas ou filosóficas sobre a realidade do homem e do mundo, precede uma fase de investigação da linguagem que se está a usar para este propósito investigativo.

No que diz respeito ao aspecto crítico da linguagem, defendido por Wittgenstein, tanto em sua fase do *Tractatus Logico-Philosophicus* quanto na fase posterior que se consubstancia nas *Investigações*, ensinam-nos Dall’Agnol *et al.* (2012, p. 15) que, “no caso de Wittgenstein, a tarefa crítica reservada à filosofia deve ser entendida a partir de uma chave interpretativa kantiana”. O enlace, então, entre a problemática epistemológica – peculiar às conjecturas e conclusões de Kant, em sua obra *Crítica da Razão Pura* (1781), que inaugura as bases da Epistemologia Contemporânea – e, as análises da linguagem, far-se-á frequente no pensamento contemporâneo, a partir de então, de forma inegável; sobrepondo-se, neste caso, os problemas linguísticos sobre as implicações epistemológicas.

Como recurso teórico conceitual, deste trabalho, para domínio técnico das terminologias caras a produção teórica de Wittgenstein, recorreu-se ao Dicionário Wittgenstein (1998), de autoria de Hans-Johann Glock, que enriqueceu a pesquisa

sobre as ideias do autor em tela, conseguindo interpretar, com clareza, os conceitos instrumentais da obra wittgensteiniana.

Deste modo, inúmeros são os autores e pesquisadores que, voltados para o estudo da linguagem, tornaram-se úteis e necessários para o aprofundamento de nossas reflexões e conclusões sobre nosso objeto e, que serviram, também, para corroborar nossas hipóteses em destaque.

Para a compreensão epistemológica das produções linguísticas, acredita-se ser necessário alinhavarmos alguns parágrafos deste trabalho, trazendo em seu interior uma razoável, contudo, não profunda e minuciosa, história do pensamento filosófico sobre a linguagem que se desenvolveu no Ocidente desde os pensadores da Grécia Antiga até as discussões linguísticas do Século XX. Neste momento, recorreremos à obra *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein* (2001), de Danilo Marcondes. Por meio de uma pesquisa bibliográfica que selecionará livros e textos, inicialmente, reconheceremos as obras principais de nosso projeto (por exemplo, *Investigações Filosóficas* e *Tractatus Logico-Philosophicus* de L.Wittgenstein), e, as obras de valor secundário, consistindo na literatura de comentadores, historiadores, teóricos, analistas e críticos do pensamento de Wittgenstein.

Em um segundo momento, a partir de uma revisão bibliográfica, com leituras pontuadas pelo exercício da crítica e da interpretação, praticou-se a construção de textos para se atender ao objeto da presente pesquisa, não nos dispensando, neste momento, do confronto de ideias e do refutar e confirmar opiniões dos autores em questão. Vale ressaltar que o elenco de obras, constantes em nosso projeto, não teve caráter exaustivo, mas sim, exemplificativo, o que não nos poupará, em momentos posteriores, da necessidade da inclusão de novas obras para uma análise com fins de atualização.

Por isso, para concretizar o objetivo proposto no projeto, nossa pesquisa utilizou critérios metodológicos, aproximando-nos do objeto de estudo – a saber, os conceitos centrais abordados e seus efeitos no campo da linguística –, pois, entendeu-se que o método

passa a ser um conjunto de procedimentos que faz com que o indivíduo, enquanto pesquisador, consiga atingir os resultados esperados, uma vez que através do método científico irá caminhar de forma mais segura e com mais qualidade (LAKATOS & MARCONI, 2001, p. 24).

As vias de acesso, para o alcance dos objetivos deste trabalho, sustentaram-se em leituras e interpretações das obras mencionadas. Então, por intermédio de uma prática interpretativa, procuramos clarificar circunstâncias teóricas que pareciam abstrusas a muitos dos leitores das obras em análise. Assim, procuramos situar certas ideias em espaços mais práticos e concretos, procurando trazer os casos abstratos das ideias para planos reais da vida cotidiana.

Deste modo, na sequência de uma revisão literária, detivemo-nos em uma interpretação das ideias de Wittgenstein, pertinente ao objeto de nossa pesquisa, a saber, a noção de linguagem ensejada pelas críticas de um segundo Wittgenstein, críticas dirigidas a um modelo tradicional de compreensão do significado da linguagem humana.

Por outro lado, buscamos a reconstrução da problemática da linguagem e seu sentido, seguindo um trajeto histórico do pensamento filosófico e científico no Ocidente, na tentativa de um reconhecimento genealógico da constituição do sentido dado por Wittgenstein aos problemas da linguagem desenvolvidos, na obra *Investigações Filosóficas* (1975).

Para a construção de um olhar analítico, sustentado, metodologicamente, em uma base sociocultural, entendemos as evoluções do pensamento ocidental, segundo as transformações ocorridas acerca da escolha do objeto central das teorias desenvolvidas no decorrer da história, em três momentos.

A princípio, o pensamento filosófico dos antigos interessava-se, prioritariamente, pela questão do Ser determinante do Universo e pela busca da essência de todas as coisas; em outras palavras, havia uma preocupação primordialmente Ontológica, comprovadamente reconhecida na busca dos pré-socráticos pela *arché*² – princípio originário da *physis*³. E, posteriormente, pela criação das grandes teorias clássicas dos filósofos antigos como Platão e Aristóteles, que com suas obras buscam descrever o sustentáculo ontológico dos entes que compõem a realidade do mundo.

² Para os Gregos, segundo Jaeger (2013, p. 3), a palavra *arché* significa “origem ou fonte espiritual, a que sempre, seja qual for o grau de desenvolvimento, se tem de regressar para encontrar orientação”.

³ Segundo Jaeger (2013, p. 196) não se pode traduzir *physis* simplesmente por ‘natureza’, no sentido moderno que usamos tal palavra, pois para os gregos no termo *physis* estão unidas duas coisas: “o problema da origem – que obriga o pensamento a ultrapassar os limites do que é dado na experiência sensorial – e a compreensão, por meio da investigação empírica, do que deriva daquela origem e existe atualmente”.

Mais tarde, já na Idade Moderna, acontecerá o deslocamento do ponto principal das questões, do pensamento científico e filosófico, para o campo epistemológico. Os debates dos grandes pensadores da época dirigem-se para as possibilidades do conhecimento humano, uma vez que buscar a essência das coisas do mundo demandaria, anteriormente, reconhecer a natureza e os limites da capacidade cognitiva do homem.

Em face do problema do conhecimento, inúmeros foram os debates travados entre racionalistas - Descartes (1596-1650), Espinosa (1632-1677) e Leibniz (1646-1716) - defendendo um modelo gnosiológico, que tem a razão como a origem única do conhecimento e, empiristas como Locke (1632-1704), Berkeley (1685-1753) e Hume (1711-1776) que, de modo contrário, adotam a tese do fundamento sensível para explicar o surgimento do conhecimento humano. Tais conflitos foram, posteriormente, harmonizados pela produção filosófica de Immanuel Kant (1724-1804); mais precisamente, com suas ideias desenvolvidas na obra *Crítica da Razão Pura* (1799), em que busca julgar a própria razão para reconhecer os limites de suas faculdades, apresentando o aspecto transcendental da produção do conhecimento quando afirma que, inegavelmente, nosso conhecimento tem início com a experiência, mas nem por isso se origina totalmente com a intuição sensível.

Por último, chegando ao pensamento contemporâneo, as pesquisas científicas passaram a se concentrar, não só nos problemas da cognição humana, mas em um novo objeto de preocupação: os problemas lógico e linguístico, que passaram a ocupar o campo das produções intelectuais do período.

Daqui em diante, a linguagem e suas manifestações colocam-se no centro das pesquisas e estudos do pensamento ocidental, pois conhecer o mundo e sua realidade requer, antes de tudo, que se trabalhe, com coerência, recursos de exteriorização do conteúdo do pensamento humano, e, tal instrumento, constitui-se na linguagem humana.

Na esteira dessa última etapa, reconhecem-se os esforços, a partir do século XIX, das pesquisas históricas e analíticas no campo da linguística, assim como, mais adiante, as escolas do século XX que passam a ter a linguagem como o pano de fundo de suas teorias, como exemplo, o Círculo de Viena que, frequentado por Wittgenstein em algumas ocasiões, interessava-se pela crítica, contida na obra *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968), feita à metafísica tradicional. Era um grupo de analistas da linguagem, liderado por pensadores favoráveis à concepção

científica de mundo fundada na crença de que “o sentido de uma sentença (seria) o seu modo de *verificação*” (DALL’AGNOL *et al.*, 2012, p. 27).

Wittgenstein, o filósofo em destaque, inscreve-se basicamente em dois momentos dessa nova forma de discutir a linguagem enquanto fenômeno do mundo humano.

Em um primeiro instante, logo nas duas primeiras décadas do século passado, com o *Tractatus Logico-Philosophicus*, desenvolve sua tese de que a linguagem é o instrumento de figuração do mundo e, este último, consiste em uma totalidade dos fatos. Contudo, após sua publicação, em 1921, abandona “a atividade filosófica, para retomá-la somente em 1929” (SPANIOL, 1989, p. 13). Esta obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, contribuiu, significativamente, para o movimento do positivismo lógico que, preconizado pelos membros do Círculo de Viena para a Concepção Científica do Mundo, interessava-se pelo pensamento de Wittgenstein em razão da “crítica que ele faz à metafísica e do aparato lógico que criara para sustentar suas posições” (DALL’AGNOL *et al.*, 2012, p.27).

Mais tarde, com a obra *Investigações Filosóficas* (1975) Wittgenstein põe-se como referência teórica para a Filosofia da Linguagem Ordinária, inserindo-se, também, no movimento da Filosofia da Linguagem Analítica, em que se inscrevem grandes pensadores e analistas da linguagem como Austin (1911-1960), Searle (1932- ?), Habermas (1929- ?), dentre outros.

Com os argumentos acima, penso ser inegável a importância, para o campo da linguística – no que tange a alguns de seus campos como a Sociolinguística, a Pragmática e mesmo a Semântica – da discussão promovida por Wittgenstein, no que diz respeito ao problema do conhecimento da linguagem, a partir da análise acurada do uso desta em um contexto social e suas produções de sentido, conforme as regras convencionadas pelos falantes.

Acompanhando o raciocínio acima exposto, aprende-se, com os estudos sobre as ideias de Wittgenstein, que a análise linguística não tem condições de conceber uma natureza sistemática da linguagem, não sendo possível, por isso, limitar o entendimento sobre as práticas linguísticas, a partir de um estudo meramente semântico, uma vez que a linguagem, enquanto fenômeno, não se estrutura conforme construções abstratas entre significados e realidades empíricas.

Em resumo, pode-se dizer, ao término de uma análise acurada sobre os trabalhos filosóficos de Wittgenstein, que há em seus pensamentos uma tentativa de

superação de uma compreensão da linguagem sob o viés cognitivo e semântico – em que se vislumbra a linguagem como elemento constituinte da atividade humana de pensar – para se inaugurar uma experiência com a linguagem enquanto resultado de uma atividade sociocultural, atividade esta, sustentada em uma alteridade, portanto, constituída e constituidora de um plano linguístico comunicativo e pragmático.

Razões sobram, portanto, para que as ideias deste pensador austríaco – que enriquece na primeira metade do século XX as discussões acadêmicas acerca da linguagem – sejam um suporte teórico imprescindível para os estudos linguísticos e suas problemáticas atuais. Pois, reconhecemos ser - em se tratando da área da Linguística – louvável que se evidenciem, em nossos dias, o valor e os méritos deste recente campo de estudo cravado entre a linguística moderna e a filosofia, a saber: a Filosofia da Linguagem.

Em um primeiro momento de nossa pesquisa, pretendemos delinear as características da concepção platônica de linguagem, que passa a predominar na tradição filosófica ocidental, para, posteriormente, precisarmos a noção de linguagem trabalhada por Wittgenstein em suas obras filosóficas. Por esta razão, nesta passagem, pretendemos apresentar um breve histórico sobre o tratamento dado à linguagem pelos estudiosos e pensadores ocidentais, desde os gregos antigos até as pesquisas linguísticas de cunho historiográfico do século XIX, chegando ainda às preocupações científicas e lógicas do século XX.

Em um segundo capítulo, nossa pesquisa nos leva a ensaiar um esclarecimento sobre a ideia de linguagem que Wittgenstein procura construir em uma fase tardia de sua produção filosófica: mais precisamente, na obra *Investigações Filosóficas* (1975). Para tanto, aprofundaremos uma análise sobre conceitos como **jogos de linguagem** e **linguagem ordinária** para fazermos a distinção entre a noção wittgensteiniana de linguagem e a noção de linguagem, adotada por muitos dos filósofos e cientistas da linguagem de sua época, entre tantas, a de Labov com sua noção de ‘comunidade de fala’, assim, como a de ‘atos de fala’ de Austin, com fins a compreender esse “alargamento dos horizontes linguísticos através” (SILVA, 2012, p. 11) de conceitos linguísticos como ‘comunidade’, ‘uso’, ‘forma de vida’ e ‘jogos’.

Por último, nossa análise pretende reconhecer um caráter pragmático e sociológico contido na produção de sentido de Wittgenstein sobre a linguagem e

suas práticas humanas. Para isso, procuraremos discutir o emprego dos conceitos de **jogos de linguagem** e de **forma de vida**, que Wittgenstein faz em sua obra, escapando da análise essencialista de linguagem feita pela tradição filosófica.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO DA 'LINGUAGEM' NO PENSAMENTO OCIDENTAL

Para nos situarmos com mais propriedade sobre a importância das pesquisas de Wittgenstein, quanto ao caráter fundamental da linguagem nas discussões científicas e filosóficas, dispusemo-nos, em nossa pesquisa, a apresentar um recuo histórico sobre a abordagem feita em relação aos problemas da linguagem em diversos momentos da constituição do pensamento ocidental, para, a partir deste cenário, nos sentirmos confortáveis com a apresentação das ideias e conceitos de Wittgenstein, que abalizaram o objeto de nossa construção acadêmica, a saber, o caráter sociopragmático dado à linguagem de acordo com o uso de conceitos como 'linguagem ordinária' e 'jogos de linguagem', à luz do pensamento em epígrafe, mais precisamente com a obra *Investigações Filosóficas* (1975). Decidimos, também, estabelecer contrapontos com sua obra anterior, intitulada *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968), e, com os pensamentos de J. Austin e W. Labov, quanto aos seus conceitos de Atos de Fala e Comunidade de Fala, respectivamente, para uma interface conceitual com fins a compreender esse momento, em que se insere a problemática da linguagem em nosso Ocidente contemporâneo.

1.1 A linguagem como instrumento de poder para os sofistas

Já no século V a.C., a filosofia abandona suas preocupações cosmológicas, iniciadas pela filosofia Jônica, no final do século VII a.C. Contudo, “essas mudanças não ocorrem de um momento para outro, mas representam uma fase progressiva de transição em que certamente muitos elementos da tradição anterior [...] permanecem no discurso filosófico [...]” (MARCONDES, 2001, p. 42). O pensamento grego passa a se deter nas preocupações sobre o caráter humano, ora voltadas para sua natureza psíquica, sob o signo das especulações socráticas em busca de um saber sobre a moral do homem ateniense; ora, voltadas para uma análise do papel do cidadão grego no desempenho de suas atividades cívicas e políticas: sendo este o campo de desenvolvimento das práticas sofísticas na dimensão política da realidade social do grego antigo.

Estes pensadores gregos “são os mestres de retórica e oratória, muitas vezes mestres itinerantes, que percorrem as cidades gregas, fornecendo seus

ensinamentos, sua técnica, suas habilidades aos governantes e aos políticos em geral” (MARCONDES, 2001, p. 42). São ‘sábios’ que não trazem uma verdade para seus seguidores, mas, apenas uma prática hábil das artes da oratória.

Em *Verdade e Método* (2005), Hans Gadamer (1900-2002) ensina que, na Grécia Antiga, a Filosofia, em seu período clássico, tem início com a ideia de que a palavra é apenas **nome**, funcionando como um substituto convencional do verdadeiro ser, restringindo-se a uma função de caráter diretamente nominativo. É o início da concepção de que as sentenças linguísticas têm caráter definitivamente representacional.

Defensores desse pensamento, os sofistas foram abordados em alguns dos diálogos de Platão. Protágoras (481 - 411 a.C) era tido, por muitos de sua época, como um ‘educador de homens’. Essa educação caracterizava-se, fundamentalmente, por ser um projeto de formação do homem político na *polis* ateniense. Outro grande representante deste período foi Górgias (485 - 380 a.C.) de origem siciliana, sendo “importante sua contribuição ao desenvolvimento dos diferentes estilos da oratória grega, sobretudo o *encomium*, o elogio [...]. Górgias dá grande importância ao *logos* enquanto discurso argumentativo [...]”. (MARCONDES, 2001, p.44)

A política estava, nesse período, associada ao uso eficiente do discurso, quando se desenvolvem as artes da oratória: a dialética e a retórica. Grandes pensadores desse período são convidados para ensinar os jovens a discursar e debater na praça pública onde se exercitam nos embates dialéticos que se desenvolvem ‘democraticamente’ na *pólis* grega. Por este motivo, sofistas como Górgias e Protágoras tornam-se exemplares dos ensinamentos na arte de bem discursar. O próprio mestre de Platão, Sócrates, esteve, durante sua formação intelectual, envolvido com os ensinamentos dos sofistas. Não é por outra razão que encontramos Sócrates a exercitar uma excelente retórica contrária à sofística, enquanto personagem principal dos inúmeros Diálogos de Platão.

Na sociedade grega deste momento, a política, criada e desenvolvida no espaço público da *polis*, propiciou o exercício constante da palavra: exercício necessário de construção de um bom orador, principalmente em Atenas. E, para a construção do bom discurso, urgia que se praticasse o domínio do uso da linguagem, principalmente no campo político. Um domínio excelente das palavras

encaminhava o orador à conquista de seus interesses perante seus oponentes e demais presentes na praça pública grega.

Há, seguindo essas ideias, a conclusão de que, para a Escola Sofística, defender a verdade não era o propósito primordial das atividades discursivas, uma vez que o esmero pela boa dialética, somado ao domínio das técnicas do bom uso da linguagem, tinha por base a expressão clara e sedutora da oratória. Não acreditando em verdades absolutas e, defendendo, portanto, um relativismo gnosiológico no campo do conhecimento. É o que sustenta Protágoras em sua clássica frase “O homem é a medida de todas as coisas”, deixando-nos entrever, também, que “esse fragmento de certa forma sintetiza duas das ideias centrais associadas aos sofistas, o humanismo e o relativismo” (MARCONDES, 2001, p.43). Portanto, preocupavam-se os Sofistas muito mais com os efeitos que a linguagem causava ao interlocutor do que com a veracidade que as sentenças poderiam comportar ou não.

Os Sofistas, ‘iluministas’ que foram em sua época, tornaram-se figuras determinantes na cultura grega, pois, mesmo que não tenham se dedicado a pesquisas profundas sobre elementos específicos da linguagem – como o signo, por exemplo – valorizaram o uso correto da palavra, buscando eximir-se do uso de discursos confusos e inexatos, e, concentraram-se mais em suas atividades oratórias voltadas à persuasão, muito mais do que à função meramente designativa da linguagem; por isso, a sua frequente preocupação com o uso correto da linguagem.

Destaca-se para estes intelectuais gregos, portanto, primordialmente, o viés pragmático do discursar, em seus estudos e suas práticas, em relação às atividades linguísticas do homem.

É, em seu uso, que se manifestará grande parte das preocupações dos sofistas sobre a linguagem, pois esta, neste período, torna-se determinante na demonstração de excelência do homem grego em seu espaço público para expressão do poder político. Por isso, é indiscutível que “os Sofistas deram uma grande contribuição ao desenvolvimento dos estudos da linguagem na tradição cultural grega” (MARCONDES, 2001, p. 44). Tal fato é percebido conforme a compreensão sofística de que a linguagem se sustenta em convenções que variam conforme o contexto histórico e cultural em que se inserem os falantes e seus recursos linguísticos.

1.2 Platão: em busca da essência das palavras

Platão, o filósofo ateniense, que buscou distinguir a aparência das coisas do mundo da própria essência das mesmas; em seus diálogos, expressará questionamentos sobre a ilusão, fundada na ignorância do senso comum que nos cerca, limitando-nos a uma vivência ‘cavernosa’ e sombreada pelas opiniões infundadas, supersticiosas e prenhes de credices. Suas pesquisas expressam-se sobre variados temas, muitas vezes por meio de seus diálogos, desenvolvendo-se a partir de seu método dialético, que se caracteriza como “um processo de abstração, que permite com que se chegue à definição de conceitos”. (MARCONDES, 2001, p. 53).

Diante da linguagem, Platão se predispõe a questionar seu valor atentando para a natureza da origem das palavras, buscando responder a questão sobre a relação entre a palavra e a coisa. No diálogo *Crátilo*, o filósofo grego sustenta algumas ideias sobre a possível origem naturalística ou convencionalista da linguagem, sem chegar, ao término de sua obra, a uma solução para a distinção e relação entre nome e coisa. Nele, Platão procura explorar o problema do emprego adequado das palavras, expondo teses que se contradizem, uma de cunho naturalista e outra de caráter convencionalista.

A primeira tese platônica contraria a afirmação de Protágoras, que sustenta uma convencionalidade arbitrária na constituição do valor das palavras, acrescentando, com isso, um caráter relativo ao conhecimento oriundo das atividades discursivas. Para Platão, fazendo uso de inúmeros exemplos de significados de palavras, associados a um fundamento natural, principalmente ligado à função onomatopaica da linguagem, as palavras têm uma base ligada à natureza, e, portanto, uma origem que se explica a partir de um nexos original entre o nome e a coisa nominada.

Platão, estudioso de Parmênides, considera a realidade sensível como cópia de uma realidade superior que estaria compreendida em um plano inteligível e essencial. Deste modo, a linguagem representaria, para ele, um recurso artificial de representação da realidade das coisas do mundo. Tal teoria consistia na ideia de que “as palavras representavam coisas que existem no mundo, no sentido que quando falamos sobre elas, podemos constituir imagens mentais a seu respeito” (MARCONDES, 1994, p. 221). Motivo por que bastava uma pesquisa inteligível

sobre a natureza da linguagem que seria possível reconhecer o vínculo originário entre as palavras e o mundo.

Em outras palavras, o que temos em *Crátilo* é o personagem Sócrates iniciando com uma tese representacional da linguagem, para posteriormente abandoná-la, e entregar-se a questionamentos sobre o sentido do discurso; questionamentos que serão desenvolvidos mais tarde em outros diálogos platônicos da maturidade. O certo é que nem a tese convencionalista, sustentada pelo sofista Hermógenes, nem a tese naturalística, defendida inicialmente por Sócrates, respondem com satisfação sobre a natureza última da palavra.

Para uma compreensão mais profunda da noção platônica de linguagem, será necessário associarmos suas discussões sobre a linguagem a um panorama mais amplo de sua filosofia, a saber, sua concepção metafísica do real, uma vez que nos escritos platônicos a discussão sobre a linguagem e seu significado se dá em plano não simplesmente lógico, mas principalmente segundo um viés ontológico. Em outras palavras, a ligação da palavra com a coisa em busca de um discurso verdadeiro será a preocupação fundamental das reflexões de Platão sobre a linguagem. Razão pela qual “para Platão há uma relação direta da palavra com a coisa [...] o significado está na coisa apesar de ser uma cópia do ser original” (SILVA, 2012, p.18).

Faz-se necessário então pensarmos o problema da linguagem em Platão não apenas em seu aspecto pragmático, como se tratava nas análises dos sofistas que entendiam a linguagem por ela mesma e pretendiam, em seu exercício de oratória, a sedução do interlocutor. Mais do que o aspecto prático da linguagem, exercitado pelos sofistas, há em Platão uma preocupação técnica com a linguagem, pois é fundamental na filosofia de Platão a ideia de que a linguagem manifesta a essência das coisas. Isso se destaca nos textos platônicos que tratam das questões relacionadas ao sentido da linguagem. Por isso, Sócrates, logo no início do diálogo *Crátilo*, afirma que a razão de ser do embate dialético é descobrir claramente a natureza exata dos nomes.

Em razão do exposto acima, pode-se afirmar que, platonicamente, a linguagem encontra-se vinculada a problemas humanos mais caros a sua existência, como a questão da verdade e da própria natureza essencial das coisas que circunda o falante.

1.3 O problema da linguagem em *De Magistro*, de Santo Agostinho.

De Magistro (1980), escrito por Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), aborda, na Idade Média, o problema da linguagem a partir de preocupações filosóficas e didáticas. O pensamento do autor deste livro detém-se, em alguns momentos de sua produção literária, na discussão sobre como aprendemos o recurso da linguagem. Apesar de, quando novo, ter professado algumas crenças pagãs, já, em idade avançada, liga-se às ideias platônicas a partir dos estudos sobre a filosofia de Plotino.

Baseado em seus estudos sobre os pensadores antigos, sustenta a tese de que o mundo real é um resultado e uma recriação de nossas ideias internas. Deste modo, conseqüentemente, a referência ao concreto passa a ser intermediada pelo pensamento e a significação advém pela capacidade que a palavra tem para suscitar na mente do interlocutor um pensamento, o qual nos remete a uma coisa correlata.

Além do mais, em seus estudos e escritos, Agostinho “indaga-se sobre o papel da linguagem e da comunicação no processo de ensino e de aprendizagem, o que faz do diálogo também um dos clássicos da teoria da linguagem e do significado, assunto de que se ocupou frequentemente em várias de suas obras, sendo sua teoria do signo de grande influência na tradição filosófica e linguística”. (MARCONDES, 2001, p. 111).

Para Agostinho de Hipona, o que encontramos no pensamento é o signo que nos possibilita o conhecimento do objeto, contudo a significação não estaria encerrada no signo, mas sim no objeto significado pelo primeiro. Sendo mais específico: podemos dizer que a análise de Agostinho nos leva a crer que o signo é a palavra mesma, já o significado consiste na própria coisa. Por este motivo,

Agostinho conclui, na linha das concepções tradicionais na Antiguidade que, da convencionalidade do signo linguístico [...] este não pode ter qualquer valor cognitivo mais profundo. Não é através das palavras que conhecemos. Logo não podemos transmitir conhecimento pela linguagem (MARCONDES, 2001, p. 111).

Segundo esta teoria da representação, a palavra estaria a substituir a própria coisa quando estamos a usá-la. No plano destas ideias, a razão humana seria uma

ferramenta fornecida ao homem por Deus para que o mundo e a realidade das coisas pudessem ser conhecidos.

Com esta concepção teológica da cognição humana, é possível vislumbrar um direcionamento de suas preocupações para a natureza da linguagem que se resume em especulações sobre a maneira como ocorre o aprendizado da linguagem e, como nos ensina Silva (2012, p. 20), “o modo como Agostinho apresenta a aprendizagem da linguagem deixa claro uma concepção de linguagem onde a palavra é a substituição de algo e tem na coisa o seu significado”.

Além do aspecto epistemológico da linguagem, Agostinho destaca a sua função pedagógica. A linguagem, portanto, possui duas finalidades: conhecer e ensinar algo. Em *Confissões* reforça tal ideia, afirmando sobre a linguagem e seu caráter pedagógico que “só nos fala verdadeiramente quem nos ensina, e quem não nos instrui, mesmo que fale, não nos diz nada” (AGOSTINHO, 1984, p. 118).

Portanto, ao falar, não apenas emitimos sons, mas expressamos também nossa idiossincrasia: propalamos imagens que para nós significam o mundo, ‘nosso mundo’. Razão pela qual as palavras devem expressar o real sentido das coisas para podermos discutir com coerência sobre a realidade que nos circunda enquanto existimos.

Conclui Agostinho, sobre a realidade de nossas atividades linguísticas, que conhecer a coisa é mais aconselhável do que conhecer o nome da coisa, pois através do conhecimento daquela, aprende-se o significado expresso pela palavra. A comunicação entre locutor e ouvinte encontra-se prejudicada se ambos não se encontram regidos pelas mesmas normas gramaticais, impossibilitando-se a interação dialética de aprendizagem e ensino sobre a realidade das coisas.

1.4 Rousseau e a origem da linguagem humana

A linguagem e sua problemática tem espaço na Modernidade a partir dos trabalhos de um filósofo denominado Jean-Jaques Rousseau que “nascido em Genebra, foi um dos mais importantes pensadores franceses do século XVIII no campo da política, da moral e da educação, influenciando os ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa (1789)” (MARCONDES, 2001, p. 200).

Ao pesquisar sobre a origem das desigualdades entre os homens, Rousseau se viu na obrigação de estudar o papel da linguagem enquanto elemento mantenedor

destas desigualdades. Para ele, os homens viram a necessidade de pensar sobre seus problemas e secundariamente fazer uso das palavras para expressar seus pensamentos. Surge deste modo a necessidade humana de organizar as ideias e juízos a partir do bom uso da linguagem. De forma mais ampla, a problemática humana situa-se no campo social, uma vez que “o ponto de partida de sua filosofia é uma concepção de natureza humana representada pela famosa ideia segundo a qual ‘o homem nasce bom, a sociedade o corrompe’”. (MARCONDES, 2001, p. 200). Tal ideia, expressa na obra Contrato Social, o leva a pensar uma sociedade em que os homens pudessem experimentar a liberdade como se vivessem ainda em estado de natureza.

Batizando de ‘grito da natureza’ a primordial linguagem humana, Rousseau aponta para mais primitiva utilização da linguagem, estando presa aos instintos humanos, com fins urgentes tal como uma solicitação de socorro em momentos de risco. Em comunidade, vivendo ligado por laços sanguíneos, longe da inicial existência nômade, inicia-se para o homem um novo momento do uso da linguagem, pois ele passa a substituir os gestos pelos sinais orais, sinais estes, paulatinamente, convencionados entre seus usuários.

A partir de agora, tem-se um uso mais aprimorado das práticas linguísticas e não mais um grito instintivo com a finalidade de preservar a integridade física ou satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. É como afirma Rousseau (2005, p. 68), “[...] eram necessárias observações e definições, isto é, história natural e metafísica, muito mais do que os homens daquele tempo podem ter”. A linguagem passa a funcionar abstratamente ao conceituar as coisas genericamente, e não apenas nos casos circunstanciados, indicando as coisas de forma específica.

É possível então perceber no trabalho de Rousseau, sobre a linguagem, que o nascimento das línguas liga-se à necessidade do homem de criação de conceitos metafísicos e definições genéricas que abrangiam um universo de coisas que já não estava associado a suas necessidades humanas mais prementes, mas ligava-se ao desenvolvimento espiritual do homem e às suas intrínsecas capacidades artísticas e culturais de sua subjetividade. Logo, a discussão sobre a origem da língua, em Rousseau, une-se a outros temas como “o culto à natureza, a valorização da experiência individual, a importância dos sentimentos (...)”. (MARCONDES, 2001, p. 201). Temas estes a serem explorados por inúmeros textos da modernidade ocidental.

1.5 As pesquisas históricas sobre as línguas no século XIX

Os estudos lingüísticos, desenvolvidos no século XIX, assomaram-se copiosamente em razão da enorme curiosidade pela formação dos povos antigos, mais em particular o estudo do sânscrito na cultura hindu. O crescente interesse pela cultura oriental se inicia “a partir dos últimos anos do século XVIII, quando William Jones, o juiz inglês que exercia seu ofício na burocracia colonial em Calcutá, entrou em contato com o sânscrito”. (FARACO *apud* MUSSALIM e BENTES *et al.* 2011, p. 29). O ponto inicial deste período de pesquisas comparativas sobre as línguas se dá com a publicação do texto ‘Sobre a língua e a sabedoria dos hindus’ de F. Schlegel, em 1808. Temos nesta obra a defesa da ideia de que há um parentesco entre sânscrito, latim, grego, gótico e persa: similitudes linguísticas de caracteres fonológicos e morfológicos. Na década seguinte, a obra ‘Sobre o Sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com o da língua grega, latina, persa e germânica’ busca confirmar as teses de Schlegel, expondo as familiaridades relativas às estruturas sistemáticas existentes entre essas línguas. Tem início, neste momento, a criação do método comparativo que passará a ser utilizado nas pesquisas sobre as línguas antigas e “por meio dele se estabelece o parentesco entre línguas, a partir do pressuposto de que entre elementos gramaticais de línguas aparentadas existem correspondências sistemáticas [...]”. (FARACO *apud* MUSSALIM e BENTES *et al.* 2011, p. 32).

Além do autor acima citado, faz-se necessário reconhecer o pioneirismo de Franz Bopp (1791-1867), pesquisador e autor de ‘Sobre o Sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com o da língua grega, latim, persa e germânica’, que, a partir de estudos feitos em textos de diversas línguas, desenvolveu, no campo linguístico, a Linguística Histórica com foco no estudo das línguas indo-europeias.

Dando sequência a estudos dessa ordem na linguística, Jacob Grimm (1785-1863) se dedica aos estudos sobre o grupo germânico das línguas indo-europeias. Quanto a esse momento, “nas décadas seguintes a esse trabalho pioneiro, ampliou-se a pesquisa comparativa, criando-se áreas especializadas com o estudo específico de cada subgrupo das línguas indo-europeias” (FARACO *apud* MUSSALIM e BENTES *et al.* 2011, p. 33).

Deste modo, volumosa se tornou a pesquisa sobre a relação de origem entre as línguas antigas e as línguas modernas. Dentre esses trabalhos, encontra-se o trabalho de A. Schleicher (1821-1868) que serve de parâmetro por décadas para a pesquisa linguística dessa fase. Propõe esse pesquisador uma ‘tipologia das línguas’ para posteriormente construir um resgate genealógico das línguas indo-europeias, chamado de ‘língua original’ indo-europeia.

Necessário se faz destacar o papel de um grupo de pesquisadores intitulados de neogramáticos que tinha por objetivo questionar os pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa para propor uma metodologia diversa, fundada em viés teórico preocupado com as mudanças no campo da linguística. Dois de seus representantes, H. Osthoff (1847-1909) e K. Brugmann (1849-1919) tecem sérias críticas “a concepção naturalista da língua, que a via como possuindo uma existência independente. Com isso, introduzia-se uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança [...]” (FARACO *apud* MUSSALIM e BENTES *et al.* 2011, p. 34).

Inúmeros outros pesquisadores desse período contribuíram para a evolução dos estudos linguísticos, dentre estes, temos Hermann Paul (1846-1921) que associava as mudanças linguísticas aos fatores psíquicos e físicos e “negava a possibilidade de uma linguística que não fosse histórica” (FARACO *apud* MUSSALIM e BENTES *et al.* 2011, p. 36).

Também não podemos deixar de citar os trabalhos de William D. Whitney (1827-1894) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835) que muito auxiliaram as pesquisas que ocuparam a linguística do século seguinte (FARACO *apud* MUSSALIM E BENTES *et all*, 2011, p. 40). O primeiro chega a ser citado por Ferdinand Saussure (1857-1913) em seu Curso de Linguística Geral, que critica Whitney por sustentar uma tese com pretensões absolutas. Este pretende a criação de uma ciência linguística que não se limite aos estudos histórico-comparativos. Por sua vez, Humboldt coaduna-se com a compreensão de linguagem sustentada por Whitney, uma vez que assume uma concepção de língua no sentido de “uma totalidade organizada, em que o elemento só faz sentido no conjunto, traço que será fundamental para a linguística estrutural do século XX” (FARACO *apud* MUSSALIM & BENTES *et al*, 2011, p. 42).

Deste modo, este caudal de estudos vai possibilitar o desenvolvimento das pesquisas no século XX sobre a natureza e estrutura da linguagem humana junto à

certeza de que o fluxo histórico da cultura humana está ligado a uma regularidade subjacente às transformações linguísticas.

1.6 O surgimento da Filosofia da Linguagem no contexto da problemática linguística contemporânea

Já no início do século XX, os estudos desenvolvidos pelo filósofo austríaco Edmund Husserl (1859-1938), a partir de seu método e filosofia fenomenológicos, apontavam para uma preocupação desenvolvida pela filosofia acerca do papel da linguagem quanto ao esclarecimento coerente das formas de ser das coisas existentes no mundo.

Toda a produção volumosa de pesquisas desenvolvidas no século XIX sobre a origem histórica e a natureza da linguagem fomentaram, no século seguinte, teses e mais teses sobre essa nova realidade redimensionada pelo pensamento contemporâneo. Logo nas primeiras décadas do século XX, vamos ver surgir a linguística estruturalista do *Curso* de F. Saussure que será a base “e uma das principais origens do pensamento francês contemporâneo” (MARCONDES, 2001, p.270). O Estruturalismo será a expressão de uma nova ciência no pensamento europeu – ciência esta que terá por objeto a linguagem em sua mais ampla dimensão.

Por outro lado, vamos ter pensadores preocupados com o papel da linguagem na construção de um saber científico e filosófico, mais livre de críticas e capaz de traduzir a realidade do mundo de modo mais verdadeiro e autêntico. Esses pensadores seguiam a ideia “segundo a qual a lógica é o caminho para a fundamentação das teorias científicas, bem como para o afastamento do subjetivismo [...]” (MARCONDES, 2001, p. 262).

São pensadores como Rudolf Carnap (1891-1970), Moritz Schlick (1882-1936) e membros de um grupo de lógicos e linguísticos, reunidos sob o nome de Círculo de Viena, que como nos ensina Marcondes (2001, p. 262) tinha como objetivo “fundamentar na lógica uma ciência empírico-formal da natureza e empregar métodos lógicos e rigor científico” nas outras áreas do conhecimento. Estes filósofos e cientistas vão discutir a legitimidade do discurso filosófico e científico para expressar, por meio de uma linguagem livre de contrassensos e ambiguidades, a

realidade de forma objetiva e unívoca, buscando universalidade e necessidade em suas proposições.

Por isso, a contemporaneidade ocidental, do século XX, caracteriza-se por colocar a problemática da linguagem no centro dos embates intelectuais. Corroborando tal pensamento, Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo francês deste período, em sua obra *Da Interpretação* (1965), afirma que as pesquisas filosóficas e acadêmicas, de seu século, traziam a linguagem como uma preocupação que interligava todos os domínios e estudos.

1.6.1 Frege e a tentativa de construção de uma linguagem científica

Frege, em seus estudos de 1879, procurava conquistar recursos para a verificação rigorosa de provas matemáticas e para a resolução do problema do estatuto da matemática. Ele foi figura pioneira do logicismo – seu ineditismo consistiu na tentativa da redução da matemática à lógica e à teoria dos conjuntos –, buscando demonstrar a possibilidade de derivar a aritmética de conceitos e princípios de raciocínio puramente lógicos.

Frege buscou a concepção de uma linguagem científica para comportar expressões rigorosas e unívocas, semanticamente falando, das produções teóricas do pensamento humano. Pensado deste modo, tem-se por consequência a ideia de que a linguagem usada em um contexto comum, ordinário, seria imperfeita para esse propósito dos anseios científicos.

Com seus estudos, chega-se à conclusão de que se faz necessário discutir os seguintes conceitos da linguagem: ‘referência’, ‘conceito’ e ‘sentido’. Para ele, uma palavra comporta um sentido, e, além do mais, se refere a algo. Então, uma palavra tem um sentido e um referente. A palavra se refere a algo, seu objeto. Este é apreendido pelos sentidos. Já o sentido se situa internamente e surge seguindo a representação feita sobre o objeto. Por este motivo, sentido e referência são coisas distintas. Recordando o pensamento fregeano, afirma Silva (2012, p. 34), para esclarecimento, que podemos tomar como exemplo “alguém que observa a lua por um telescópio: a referência é a própria lua como objeto de observação; o sentido é a imagem real projetada na lente do telescópio; a representação é a imagem na retina do observador”.

Logo, para Frege, desenvolvendo seu raciocínio, uma sentença que pretenda valor deve possuir um referente e, é este que tem de garantir seu valor de falso ou verdadeiro. Uma sentença sem referente é um enunciado sem valor, que não pode ter a legitimidade de uma proposição científica, uma vez que nós não podemos aferir seu valor, podendo daí gerar sentidos múltiplos quando em uso nas práticas linguísticas.

Frege é levado a refletir sobre a linguagem natural e mostrar sua insuficiência intrínseca em dar conta do *pensamento*; trata-se de construir uma linguagem ideográfica perfeita com a qual seja possível evitar toda ambiguidade e imprecisão, e de criar, assim, condições para elaborar um *cálculo* por meio de signos que seriam os substitutos exatos do pensamento (MORENO, 2000, p. 36).

Portanto, é esta problemática da linguagem enfrentada por Frege e outros pensadores da época, como aqueles que compunham o Círculo de Viena, que se torna o ponto de convergência entre as preocupações científicas do início do século XX e a produção filosófica inaugural de Wittgenstein, pois o que encontramos em *Tractatus Logico-Philosophicus* é a tentativa de construir uma linguagem livre de ambiguidade e confusões semânticas para servir aos propósitos de clareza e exatidão da ciência e para se livrar dos falsos problemas metafísicos. Problemas estes que eram questionados pelos pensadores do *Círculo*, pois da mesma forma “combatiam o pensamento metafísico especulativo originário do Idealismo Alemão” (MARCONDES, 2001, p. 262).

1.6.2. A ‘comunidade de fala’ laboviana e sua relação com a noção de linguagem no pensamento contemporâneo

Outra linha de discussão sobre a linguagem, no século XX, surge no campo da sociolinguística, sendo mais precisamente em 1960 que certos pensadores questionam a homogeneidade da língua e de sua comunidade de falantes. Por esta razão,

[...] para entender a organização social da língua, grande parte da pesquisa sociolinguística usa uma estrutura básica de referência para além do falante individual, entendido como a base em relação à qual cada idioleto é delimitado. Essa unidade social é a comunidade de fala [...] (GUY, 2002, p. 18).

Neste mesmo período, W. Labov, linguista estadunidense, autor de obras como 'Padrões Sociolinguísticos' (1972), com suas pesquisas sobre a variação linguística em determinados circuitos de falantes, põe em relevo as discussões sobre definições acerca da 'comunidade de fala'. Este linguista, considerado por muitos como aquele que funda a sociolinguística, concebe a língua como algo heterogêneo e passível de inúmeras variações. Contudo, a homogeneidade será característica da comunidade de fala, tornando-se esta, em razão disto, unidade metodológica de pesquisas no campo sociolinguístico.

Deste modo, pode-se dizer que Labov (1972) se predispõe a uma inovadora análise sobre a estrutura da língua e sua variação constante. Segundo suas próprias palavras, sua pesquisa se volta para a "língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos" (LABOV *apud* SEVERO, 2008, p. 13). Portanto, nas mãos deste linguista, a comunidade de fala tomada, metodologicamente, como instrumento de estudo da língua e de suas variações adquire, teoricamente, funcionalidade bivalente, pois

[...] fornece, em primeiro lugar, uma base fundamentada para explicar a distribuição social de semelhanças e diferenças linguísticas que os distinguem de outros grupos de falante. Em segundo lugar, a noção de comunidade de fala fornece uma justificativa teórica para unir os idioletos de falantes individuais, em objetos maiores, as línguas (GUY, 2002, p. 18).

Logo, pode-se compreender, com os estudos de Labov, que a comunidade de fala apresenta-se, nos estudos sociolinguísticos, como um recurso metodológico para esclarecimento, diante de uma heterogeneidade da língua, das semelhanças e distinções que são reconhecidas em um circuito linguístico.

Deste modo, LABOV, (1972) *apud* SEVERO, (2008, p. 05) procura deixar claro que "a definição de língua deve levar em conta, necessariamente, o contexto social, o que implica atribuir à língua uma função comunicativa". E, em razão deste aspecto comunicativo, em que se dá a linguagem, escapa-se, como é comum aos pensadores desta época, de uma visão linguística meramente representacional. Esta compreensão ampla do uso da linguagem, que ressalta detalhes como o comportamento existencial do falante, segundo regras de uma gramática vivenciada comunitariamente, aproxima Labov da compreensão de Wittgenstein de 'forma de vida' e 'jogos de linguagem' na construção de sua filosofia da linguagem, pois ambos

direcionam sua compreensão de linguagem para um âmbito mais concreto que se erige nas práticas humanas desenvolvidas socialmente.

Segundo Labov, (1972, p. 192): “membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”. Deste modo, Labov ocasiona, com sua leitura antitradicional, uma ruptura com o modo estruturalista de analisar os aspectos linguísticos segundo um sistema heterogêneo; entretanto, ao reconhecer a comunidade de fala como uma unidade homogênea de pesquisa da língua, harmoniza-se novamente com a tradição saussureana. Mas Labov não deixa de defender a tese de que os estudos linguísticos devem levar em conta a relação intersubjetiva dos falantes.

Apesar das divergências, entre os inúmeros estudiosos da linguística, é possível reconhecer que regras linguísticas são comumente vivenciadas pelos falantes de um mesmo contexto, ainda que reduto de variedades da língua contidas nas relações intercomunicacionais. Portanto, com fins de estabelecer os limites de uma comunidade de fala, o pesquisador da área da linguística, escolhe a homogeneidade do comportamento do usuário da língua de determinado contexto social. Também, há segundo Labov normas que nos permitem avaliações sobre a variação da língua e carregam certa uniformidade, pois “são invariáveis com relação aos níveis particulares de uso” (LABOV, 1972, p. 120-121). Torna-se compreensível, a partir de então, porque para a sociolinguística a comunidade de fala é a unidade de estudo.

1.6.3 A compreensão austiniana de linguagem enquanto de ‘atos de fala’

A virada linguística representa importante marco do desenvolvimento da Filosofia ocidental ocorrido durante o século XX, cuja principal característica é a relação entre a Filosofia e linguagem.

Em razão da pesquisa desenvolvida neste texto acadêmico, torna-se incontroverso que Wittgenstein pode ser considerado um dos idealizadores da virada linguística, segundo as ideias presentes em seus primeiros trabalhos que alimentam a tese de que os próprios problemas da linguagem surgem de uma falta de compreensão da lógica da linguagem.

Pensadores como Gilbert Ryle (1900-1976), autor de um texto intitulado 'Linguagem ordinária' (1953), John Austin (1911-1960), que a partir de sua conferência intitulada '*Other Minds*' (1946) passa conceber a linguagem enquanto ação, e, Peter Strawson (1919-2006) seguem as indicações de Moore e de Wittgenstein para examinar a linguagem corrente como fonte de solução para os problemas filosóficos. Este movimento ficou denominado de Filosofia Analítica, resultando, principalmente, na Teoria dos Atos de Fala e na concepção de linguagem enquanto atividade contida na análise da linguagem das *Investigações*.

As ideias de Austin, discutindo um aspecto material e histórico para os termos e nomes, expressam uma diretriz teórica que pretende esclarecer enunciados que comportam desejos, comandos e concessões, por exemplo. Os primórdios dessa ruptura despontam a partir das conjecturas sobre a forma como se aplica frases do tipo "Estou certo de que" e "Eu sei que" na linguagem comum. Tais ideias sobre o que ele chamou de "enunciados performativos" foram expressas nas palestras que ele proferiu em Harvard em 1955, palestras que foram publicadas postumamente sob o título de 'Como fazer as coisas com palavras'.

A Teoria de Austin, denominada de Teoria dos Atos de Fala, traduz-se na análise da linguagem em seu âmbito pragmático, pois não é mais a linguagem-instrumento, que descreve o mundo, o alvo das especulações desta forma de pensar, mas sim a linguagem-atividade produtora da comunicação e interação entre os indivíduos. Por isso, o pensamento austiniano sustenta-se na ideia de que a linguagem enquanto atividade é construída pelos falantes segundo atos lingüísticos não somente descritivos de fatos, mas também, e principalmente, atos de ação, atos que ocasionam performances. Esta visão da linguagem, segundo o funcionamento prático, aproxima-se da compreensão de linguagem elaborada por Wittgenstein em seus últimos escritos. Uma concepção que procura associar a linguagem à prática dos falantes envolvidos em um meio social e que produzem atividades linguísticas a partir de regras convencionadas entre eles, regras estas que regulam o uso da língua.

Quanto aos primeiros atos com função descritiva, Austin dá o nome de atos constatativos, citando como exemplo a expressão 'a mosca caiu na sopa'. Já, os últimos, que têm por finalidade uma ação, são chamados performativos, uma vez que se associa a uma atividade, como exemplo, neste caso, podemos utilizar a sentença 'eu te batizo'.

Percebe-se, portanto, que há diferenças significativas entre estes dois tipos de enunciados. Dentre as diferenças podemos destacar as seguintes: i) os enunciados performativos não são nem verdadeiros nem falsos; ii) os enunciados performativos, do ponto de vista da gramática, são geralmente expressos na primeira pessoa do indicativo presente na voz ativa; iii) o enunciado performativo é elemento constitutivo do ato, pois ele determina a existência do ato, já um ato constativo é apenas representação linguística de um fato.

Acompanhando o desenvolvimento de sua teoria sobre a linguagem, Austin, em sua obra *How to do things with words* (1962), passa a refazer sua distinção entre os atos de fala e decide se dedicar aos tipos de enunciados performativos, para dividi-los em três tipos, segundo as suas funções: i) função locucionária que se traduz no proferimento de determinado enunciado, em outras palavras, é a realidade acústica do proferimento; ii) função ilocucionária representa a ênfase que o enunciado comporta ao ser proferido; iii) função perlocucionária, que é reconhecida na atividade eventual do locutor, que se realiza em razão de seu ato ilocucionário, efeito prático, portanto, do ato performativo.

1.6.4 Russell e Wittgenstein: A linguagem como representação lógica dos fatos

Wittgenstein teve oportunidade de conhecer Bertrand Russell (1872-1970), no início do século XX, em razão de seu interesse pelos estudos e pesquisas sobre a lógica e os fundamentos da matemática desenvolvidos pelo pensador britânico. Segundo Russell, Wittgenstein apresentava-se como um aluno um tanto excêntrico. Em uma “carta escrita na época disse que (ele é) a pessoa mais hábil que encontrei desde Moore” (GRAYLING, 2002, p. 16). A princípio, Wittgenstein preocupava-se com a engenharia de aviões, mas posteriormente começou paulatinamente a se envolver com problemas da lógica matemática e, depois, com a própria filosofia. Aqui, acredito que nosso trabalho deve acrescentar dados fundamentais à personalidade do pensador pesquisado, pois seu trabalho ou suas escolhas de pesquisas encontram-se ligados. Por este motivo, abriremos um espaço para uma retrospectiva não longa de sua história. Será perdoável, portanto, compor umas linhas para apresentar um breve relato biográfico deste pensador e analista da linguagem.

No contexto cultural em questão, um dos traços marcantes na passagem do século XIX para o século XX

é a relação que certos intelectuais e artistas passam a estabelecer com as diferentes formas de expressão particulares a cada atividade. O autor austríaco, Hugo Von Hofmannsthal, por exemplo, elabora em suas obras uma crítica ao uso que se faz da língua alemã nas questões de ética, política e literatura, e a sua perda de eficácia para tratar de tais questões (MORENO, p. 36. 2000).

Deste modo, percebe-se que este período fervilha com inovações intelectuais nos mais diversos campos da ciência e da filosofia.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951) nasceu em Viena, sendo o filho caçula, dentre oito, em uma família rica e culturalmente refinada, de ascendência judaica. Seu pai, um industrial da Áustria na área de siderurgia. Sua mãe, com pendores artísticos, torna o ambiente familiar dos Wittgenstein um centro de vida artística, e, particularmente, da música. O próprio Wittgenstein possuía uma fina sensibilidade musical, desenvolvendo a habilidade de assoviar partituras inteiras de memória. Por essa razão, esse contexto garantiu a Wittgenstein algo que chamaria de 'um ambiente social, cultural intelectual bastante estimulante', para as artes, resumindo-se, no caso, à música do classicismo vienense (DALL'AGNOL *et al*, 2012, p. 10).

Do ponto de vista cultural, Wittgenstein foi um conservador, voltando-se no início de sua formação escolar para os estudos técnicos, alimentando nessa época a ideia de tornar-se engenheiro. Quando jovem, em 1908, transfere-se para a Inglaterra, matriculando-se como aluno de engenharia aeronáutica na Manchester University, e, lá permanece por dois anos. Posteriormente, tendo se dedicado a pesquisas aeronáuticas, passa a se interessar pela matemática. E, os estudos sobre os fundamentos matemáticos, levam Wittgenstein às pesquisas sobre a lógica e a relação da linguagem proposicional e a realidade do mundo, tornando-se, nesse período, 'fascinado pela matemática pura' (DALL'AGNOL *et al*, 2012, p. 11).

Para maior compreensão das ideias que irão surgir nos primeiros escritos de Wittgenstein, torna-se necessário compreender os problemas que se encontram em voga nesse período em que circula pela Academia inglesa. Suas motivações iniciais estão associadas às preocupações com a lógica e a matemática, desenvolvidas nos trabalhos de Frege e Russel, sendo o primeiro considerado um dos principais criadores da lógica moderna, pois mostrou a viabilidade de ligação entre a lógica e a

matemática. Com sua obra, pretendia demonstrar que a construção do conhecimento matemático poderia ser compreendida por uma fração da lógica.

Bertrand Russell, com suas pesquisas e aulas, proporcionou o pano de fundo essencial para primeira filosofia de Wittgenstein que resultou no livro *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicado em 1921. Ambos, enquanto estudiosos da lógica formal moderna, inovaram indiscutivelmente no panorama da filosofia do século XX. Suas obras vêm em resposta, primeiro, a uma crise nos fundamentos da matemática do século XIX, segundo, a uma necessidade das ciências da linguagem em encontrar uma legitimidade nos discursos científicos, tanto no aspecto lógico quanto no fundamento de sua origem, adentrando aqui no aspecto histórico da formação das línguas. Russel publica a obra *Principia Mathematica* (1910) que impressiona Wittgenstein, levando-o a ingressar no *Trinity College* e sob a orientação de Russell desenvolve pesquisas interessantes na primeira metade do século passado.

É a partir daí que as ideias deste pensador austríaco, da primeira metade do século XX, tornam-se um instrumental teórico imprescindível para os estudos linguísticos e suas problemáticas atuais. Pois, reconhecemos que, em se tratando da área da linguística, urge que evidenciemos, ainda hoje, o valor e os méritos deste recente campo de estudo que surge com os estudos wittgensteinianos, redundando em uma Filosofia da Linguagem contida no *Tractatus Logico-Philosophicus*, que terá por pressuposto básico a tese de que a linguagem é a representação pictórica da realidade dos fatos e caberá ao filósofo o exercício constante da crítica da linguagem para reconhecimento de seus limites.

2. O SENTIDO DA LINGUAGEM NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*, DE WITTGENSTEIN

Em um primeiro momento de nossa pesquisa, temos por objetivo precisarmos a noção de linguagem concebida por Wittgenstein, em seu livro *Investigações Filosóficas* publicado em 1953. Contudo, antes de abordarmos essa problemática, é bom ressaltarmos algumas ideias em destaque em seu trabalho anterior, intitulado *Tractatus Logico Philosophicus* de 1921 (isto nos servirá na compreensão de suas especulações posteriores sobre a natureza da linguagem).

Entendemos ser ousado pretender uma clareza cristalina sobre o pensamento de Wittgenstein e, especificamente, de suas divagações no tocante ao fenômeno da linguagem e de seus usos humanos, uma vez que sua forma de escrita e alinhamento de ideias caracteriza-se por uma liberdade singular e peculiar ao seu próprio caráter. Logo, é por uma questão de ordem cronológica que procuraremos expor de forma resumida as ideias defendidas em um primeiro momento de seu filosofar, que muitos de seus biógrafos chamam de 'primeiro Wittgenstein'. Estas ideias compõem seu livro *Tractatus Logico-Philosophicus* que foi escrito seguindo uma concepção tradicional de linguagem, a saber, aquela que acredita ser necessária a criação de uma pura linguagem lógica que sirva aos interesses de clareza e univocidade dos ideais da produção filosófica e científica.

Os destaques característicos de sua primeira obra publicada, levantados pela pesquisa do presente trabalho, sobre os autores de nossa referência bibliográfica, são os seguintes:

i) O *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) opera uma discussão a respeito da utilização, limitação e justeza das atividades linguísticas humanas, assim como sobre o conhecimento e a prática do dizer.

ii) O que se desenvolve no *Tractatus* é, assim, um esclarecimento sobre como uma espécie de expressões, sonoras ou gráficas, compõe um grupo de recursos lógicos que denominamos linguagem.

iii) Há, nesse primeiro momento de análise da linguagem, uma perspectiva logicista da linguagem, herança de ideias oriundas do pensamento de Frege (1978) e de Russell (1974) que muito contribuíram para as teorias desenvolvidas no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

iv) Buscar uma essência para a linguagem seria a finalidade do pensar filosófico. Não sendo possível, esta postura de análise das atividades linguísticas torna-se supersticiosa e equivocada quanto a um possível funcionamento claro da linguagem. Não por outra razão, Wittgenstein, abandonando essa visão, passará a procurar por uma nova tarefa precípua para a filosofia.

v) Ao afirmar, no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968), que os limites da linguagem são o limite do pensamento, pretende-se uma compreensão inovadora das formas que podem ser vislumbradas na relação linguagem-conhecimento-mundo.

Há, assim, em um momento inicial do pensamento de Wittgenstein, a tentativa de se provar uma ligação necessária entre as verdades proposicionais e os fatos, um paralelismo entre linguagem e mundo, em suma. Em suas próprias palavras: “a proposição é figuração da realidade” (WITTGENSTEIN, 1968, 4.021).

Contudo, diferentemente da primeira fase de seu filosofar, quando Wittgenstein imagina que a linguagem produz ou comporta a essência formal da realidade do mundo ao afirmar que “a figuração lógica pode afigurar o mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, 2.19), ele passará a aceitar, mais tarde, a ideia de que a linguagem conquista seu sentido a partir de um espaço concreto, em um mundo ou contexto real dos usuários de determinada língua, com inúmeras regras que determinam os ‘jogos de linguagem’ e fundam-se nas diversas formas de vida.

Reconhecemos, portanto, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, uma preocupação inicial com a linguagem, pois seu autor põe-se a questionar a natureza desta por meio de proposições elencadas seguindo uma numeração pretensamente lógica, afirmando de início que assim como o mundo é um conjunto de fatos, a linguagem é o espaço lógico de proposições, e, como se ensina no *Tractatus* “a totalidade dos pensamentos verdadeiros é figuração do mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, 3.01). Por consequência, um conhecimento teórico do mundo demandaria uma correta representação dos fatos do mundo, embasado em relação lógica entre linguagem e mundo. Contudo, ao reconhecer que a filosofia possui uma natureza crítica em relação à linguagem, Wittgenstein se encontra obrigado, a partir de seus estudos, a buscar o conhecimento dos limites da linguagem, distinguindo na filosofia o que pode ser dito de modo claro daquilo que não pode ser dito, mas apenas ser mostrado. Então, para adquirir clareza na linguagem o objetivo da análise deve ser

remover obstáculos para consecução desse propósito; por isso, Wittgenstein, nesse trabalho, “quer abolir a metafísica, isto é, a tentativa de dizer aquilo que se mostra [...]” (DALL’AGNOL *et al*, 2012, p. 23).

Em outras palavras, há aquilo que pode ser expresso pelo pensamento lógico, constituindo-se em uma representação proposicional do mundo, e, aquilo de que só nos resta silenciar, pois não temos como expressar logicamente, e, por isso, não sendo pensável, cabe-nos apenas o mutismo, expresso em sua última proposição do *Tractatus Logico-Philosophicus*, sustentando a ideia de que devemos nos calar diante da inefável realidade do mundo. Há, assim, em um momento inicial do pensamento de Wittgenstein, a tentativa de se provar uma ligação necessária entre as verdades proposicionais e os fatos, um paralelismo entre linguagem e mundo, conforme suas palavras: “chamo signo proposicional o signo pelo qual exprimimos o pensamento. E a proposição é o signo proposicional em sua relação projetiva com o mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, 3.12). Concluindo seu pensamento, Wittgenstein acredita em uma relação isomórfica entre linguagem e mundo.

2.1 A crítica de Wittgenstein à noção tradicional de linguagem

Já, em um segundo momento, a concepção de linguagem, em Wittgenstein, escapa – com a sua análise feita em obras como *Cadernos Azul e Marrom*, publicados em 1958, e *Investigações Filosóficas* de 1953 – a uma abordagem metafísica e limitada que perdurou na tradição filosófica ocidental. Esta abordagem (metafísica) concebia a linguagem apenas como um instrumento de representação do real – as palavras seriam como essência do real: o conceito de linguagem restringia-se a sua finalidade designativa, sua utilidade referencial. Nesta fase, Wittgenstein apresenta a ideia de sentido da linguagem vinculado aos seus mais diversos usos em um contexto social, não cabendo, portanto, indagar apenas sobre os significados das palavras, mas também sobre suas funções práticas sociais.

Em suas *Investigações*, Wittgenstein começa fazendo referência às ideias de Santo Agostinho sobre a aprendizagem da linguagem, para, a partir daí, detectar “uma concepção simples, subjacente a equívocos acerca da linguagem que se fazem presentes desde Platão, mas que ele associa particularmente a Frege, a Russel e ao *Tractatus*” (GLOCK, 1998, p. 223).

Sua análise crítica, neste momento, volta-se contra um modelo de concepção de linguagem sustentada em duas teses precípuas:

A primeira, diz que cada palavra corresponde a um objeto, isto é, o vocábulo é o sucedâneo do objeto na sua ausência. O seu significado, portanto, é o objeto que a palavra substitui. A segunda refere-se à mente. Quer dizer, o espírito que traz em si a imagem do objeto é o critério para a significação da palavra (SILVA, 2012, pg. 11).

Esta última tese filia-se a corrente dos linguistas que atribuem à mente a fonte do sentido da linguagem, sendo denominada de tese mentalista⁴ da linguagem, desenvolvida, modernamente, por René Descartes com nuances inatistas e racionalistas.

Não é por outra razão que o modelo agostiniano de linguagem é o objeto de tentativa de superação pela filosofia contida nas *Investigações*, pois, segundo Wittgenstein, pensar a linguagem, compreendendo-a de maneira apenas com função designativa é concebê-la de modo limitado, imaginando-a com a simples finalidade de etiquetar objetos, negligenciando suas inúmeras outras funções desenvolvidas em nossas habituais práticas linguísticas que se apresentam em nosso cotidiano. Com essa leitura crítica, Wittgenstein pretende ampliar o horizonte da concepção de linguagem, vendo-a como atividade diversificada constante em nossas práticas sociais, e, que ganha nuances semânticas variando conforme o contexto no qual se desenvolve a partir de regras e usos linguísticos incontáveis.

De certo modo, essa sua crítica pode ser reconhecida na seguinte passagem das *Investigações Filosóficas* (1975):

Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre formas de expressão em diferentes domínios da linguagem. – Muitos deles são afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra (WITTGENSTEIN, 1975, § 90).

Assim, os estudiosos da linguagem tornam-se responsáveis por uma análise constante sobre os diversos aspectos do uso da linguagem em sua dimensão sociopragmática, para que não se vejam enredados em seus mal-

⁴ O termo está correlacionado com certos estudiosos da linguagem de linha intelectualista que “afirmam que a *capacidade* para a linguagem é um fato do pensamento ou de nossa consciência”. (CHAUI, 2010, p. 122, grifos da autora).

entendidos. Compreende-se, portanto, que, se, nas primeiras décadas do século XX, entendia-se necessário abandonar o uso da linguagem ordinária para construirmos enunciados legítimos no campo científico e filosófico, agora – partindo-se desta reflexão wittgensteiniana – não cabe mais ao analista da linguagem a criação de uma linguagem pura, isenta de limitações e ambiguidades para construção de suas proposições. Isto foi uma ilusão metafísica de tradição platônica, seguida por muitos filósofos na história do Ocidente, tais como, René Descartes e o próprio Wittgenstein em suas primeiras concepções de linguagem.

Caberá ao analista da linguagem, reconhecendo as propriedades pragmáticas da linguagem, trabalhar os limites dela quando de seu uso em uma prática ordinária, reconhecendo o fundamento de sua materialidade que se erige no espaço social a partir de ‘jogos de linguagem’ que tem por solo as ‘formas de vida’. Logo, o domínio de uma linguagem se dá no reconhecimento das conexões entre as atuações sociais que se desenvolvem em um terreno linguístico e mesmo extralinguístico. Significar, a partir de então, no campo linguístico, não se restringe apenas ao seu caráter denotativo, referencial. Como Wittgenstein mesmo afirma: “pode-se para uma grande classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ – se não para todos os casos de sua utilização –, explicá-la assim: A significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1975. § 43).

Por meio de nossa pesquisa, buscamos refletir sobre o pensamento deste intrigante filósofo austríaco, tendo em vista a relação linguagem-realidade, numa visão comparativa entre a concepção de linguagem tratada pela tradição do pensamento ocidental (entendendo-se, aqui, a tradição que tem por origem a literatura platônica), bem como na concepção wittgensteiniana contida, no seu livro *Tractatus Logico-Philosophicus*, e, a abordagem linguística, desenvolvida na obra, *Investigações Filosóficas* (1975), que ressalta o papel dos usos sociais da linguagem na construção do sentido das expressões linguísticas e que tem como foco a natureza do conhecimento que temos das práticas linguísticas, levando-se em conta seu uso em um contexto público. Por isso, detivemo-nos mais ao seu aspecto pragmático e social a partir de duas construções terminológicas exploradas nas reflexões filosóficas de Wittgenstein, a saber: ‘linguagem ordinária’ e ‘jogos de linguagem’.

Em razão do exposto acima, na sequência, abordamos as críticas contidas nos parágrafos iniciais das *Investigações Filosóficas*, para posteriormente deixar

espaço para abordar a noção da linguagem que se edifica no contexto das reflexões posteriores da obra em análise.

Como visto acima, um paradigma de linguagem é destacado no início das *Investigações* de Wittgenstein. Esse modelo de linguagem agostiniano perdurou pela longa tradição medieval, percorrendo toda a modernidade ocidental. Para o autor das *Investigações*, restava insuficiente esse modelo de linguagem, pois gozava de certo ar pueril, mostrando apenas uma finalidade da linguagem: sua função designativa. Sua crítica contida na obra em tela nos obriga a pensar sobre alguns elementos centrais das *Investigações*, mais precisamente alguns conceitos que se mostram elucidativos para nossa pesquisa. Conceitos estes que serão usados nas *Investigações* como instrumental de análise da noção de linguagem tradicional. Para sermos claros, ressaltamos o destaque que se faz aos conceitos ‘jogos de linguagem’ e ‘linguagem ordinária’ que, mais adiante, em nossa pesquisa, procuraremos esclarecer seus sentidos desenvolvidos na segunda fase da empreitada intelectual de Wittgenstein.

Mas enfim, quanto às críticas, o pensamento de Wittgenstein volta-se, em um segundo momento, a uma tradição filosófica que se inicia com os diálogos de Platão, *Crátilo* (1973) e *Teeteto* (1973), que estabelecem uma análise do papel da linguagem na existência humana.

Logo, historicamente, o problema da linguagem inaugura-se nas obras do autor de *Crátilo* que defendia que a natureza das palavras possuía, antes de tudo, um propósito nominativo. Consequência dessa crença: i) cada nome correlaciona-se com um objeto no mundo; ii) significar e designar objetos é a essência da linguagem.

Neste momento, segundo Wittgenstein, origina-se um grande mal-entendido em relação ao problema da linguagem, pois Agostinho de Hipona, alinhado à concepção platônica da linguagem, leva boa parte do pensamento ocidental a acreditar na ideia de que as palavras correspondiam – enquanto nomes próprios – a um objeto correlato existente na realidade do mundo. No Ocidente antigo, Platão sustentava a crença de que os nomes compunham unidades simples com as quais se constroem as proposições, que passam a existir como representações do mundo real. Surge, neste momento, a teoria que atribui à linguagem função meramente representacional nas atividades humanas, restringindo-se muitas vezes ao aspecto

semântico da linguagem, em outras palavras, ao aspecto de análise de um nome em relação ao objeto por ele designado.

Sobre a tese platônica, Wittgenstein elabora sua crítica questionando a respeito da natureza das partes simples que compõem o real. Para o filósofo austríaco, qualquer resposta seria relativa ao contexto de quem pergunta ou de quem responde. Logo, segundo sua crítica, o que é ‘simples’ ou ‘composto’ é completamente relativo ao jogo de linguagem do qual comungam os falantes. Desde modo, procura analisar a linguagem muito mais no âmbito da pragmática linguística, pois busca entendê-la de acordo com uma análise das atividades linguísticas em seu contexto concreto.

O próprio Wittgenstein viu-se seguidor dessa tese platônica em suas reflexões analíticas iniciais, pois no *Tractatus Logico-Philosophicus* a análise da linguagem se faz a partir da noção de ‘nome’ para explicar as ‘proposições’ – enquanto enunciados com sentido – e a própria linguagem como um todo. Para ele, nesse momento, o ‘nome’ nada mais é que um signo simples empregado nas sentenças. Essa simplicidade de um signo permite que ele represente uma coisa, por ele chamado de ‘objeto’, constituindo este a substância do mundo e não tendo natureza composta, mas consistindo em uma *unidade pontual*. Estas ideias redundarão na Teoria da Linguagem da Figuração, consistindo na tese de que a figuração advém da combinação de nomes, e isto produz a construção de sentenças, que tornam possíveis figurar ou representar linguisticamente a realidade. Por isso, “o fundamental no *Tratado* é a ideia de que a linguagem tem uma estrutura lógica subjacente, cujo entendimento mostra os limites do que se quer dizer clara e significativamente” (GRAYLING, 2002, p. 29).

Segundo Wittgenstein, a função designativa da linguagem pode até servir para explicar um ensino ostensivo da linguagem, tal como a experiência agostiniana de aprendizagem de sua língua materna, contudo não seria suficiente para nos levarmos a compreender como se processa o aprendizado de uma língua estrangeira ou como reconhecer o sentido de uma expressão dita idiomática, expressão com o significado restrito aos praticantes de determinada comunidade de falantes. A princípio pode até parecer que aprender uma língua se reduz ao mero aprendizado da nomeação de objetos isolados, contudo, sabe-se que há palavras e termos que em uma sentença não possuem a simples função nominativa. Para sermos mais claros: em uma sentença não temos apenas termos nominais, temos

também termos verbais, preposicionais e conjuntivos, por exemplo. Como ensinar, nesses casos, o sentido destes elementos linguísticos que, sintaticamente, não possuem na oração uma função referencial, ou, na tentativa de explicar – quando questionado – o sentido de certas expressões regionais como em nosso português ‘tupiniquim’ a palavra ‘vixe’. Para o que apontar na realidade, no momento em que se busque uma elucidação semântica para um interlocutor estranho às regras de seu emprego contextual. Afastando-se, portanto, desta visão não esclarecedora do real sentido da linguagem, impedindo-nos de seu uso adequado para evitar os feitiços que podem assolar nossa mente, Wittgenstein empreende-se em uma luta contra uma compreensão da linguagem entendida como instrumento meramente epistemológico das necessidades humanas diante da realidade do mundo, passando a entendê-la, antes de tudo, como uma atividade do indivíduo que se concretiza em um cenário de ‘jogos de linguagem’ que se funda em um contexto de práticas discursivas.

Neste segundo momento, após apresentarmos a disposição intelectual de Wittgenstein para por abaixo a visão tradicional do sentido da linguagem, passaremos a expor a concepção de linguagem compreendida por ele, e, defendida nas Investigações Filosóficas.

2.2 O sentido da linguagem no contexto ordinário da existência humana

Segundo Wittgenstein (1975), o funcionamento da linguagem se materializa segundo seus usos, sendo, portanto, desnecessário nos atermos a falsas questões, tais como, sobre o significado essencial das palavras. Esta atitude nos levaria a busca de uma natureza última das palavras, uma postura característica de um tratamento metafísico da linguagem. Sobre esse propósito descabido de um analista da linguagem, afirma Wittgenstein criticamente: “É como se devêssemos *desvendar* os fenômenos: nossa investigação, no entanto, dirige-se não aos fenômenos, mas, como poderíamos dizer, às ‘*possibilidades*’ dos fenômenos” (WITTGENSTEIN, 1975, § 90). Além do mais, neste momento, a linguagem, para Wittgenstein, já não tem mais caráter isomórfico, não comporta uma univocidade, pois sua natureza prática tem um funcionamento diverso e múltiplo, sendo compreensível a partir das regras convencionadas por seus falantes situados em determinados espaços sociais. Daí,

ser importante destacarmos o emprego dos conceitos de ‘linguagem ordinária’ e ‘jogos de linguagem’ para adentrarmos na análise crítica da linguagem de Wittgenstein. Principalmente, porque, o aspecto semântico não será mais a problemática central da análise linguística, mas sim, a forma de se usar a linguagem: em seu aspecto prático, representará, basicamente, os estudos do analista da linguagem. Por isso, afirma nas *Investigações* que “os problemas que nascem de uma má interpretação de nossas formas linguísticas têm o caráter de *profundidade*. São inquietações profundas, enraizadas tão profundamente em nós quanto as formas de nossa linguagem, sendo sua importância tão grande como a de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1975, § 111).

Esse conceito de ‘jogos de linguagem’, usado por Wittgenstein para ressaltar o aspecto multidiversificado da forma linguística no plano ordinário, garante um caráter material e concreto ao sentido da linguagem em nosso cotidiano, em razão de sua natureza pragmática, uma vez que o questionamento sobre o falso ou o verdadeiro em uma sentença não se traduz pela necessidade de uma linguagem pura, pela crença em uma perfeição proposicional e, sim, pela convenção criada a partir do uso que a comunidade de falantes faz para suas atividades linguísticas. E, nesta realidade linguística, convencionada socialmente, a questão do sentido dos enunciados extrapola o significado da linguagem sustentado em uma dicotomia de verdadeiro e/ou falso.

A partir de agora, será nos usos sociais da linguagem que poderemos vislumbrar a real natureza da linguagem, e, assim, nos livrar de falsos problemas na filosofia, pois não nos deteremos mais em questionamentos vãos sobre a essência das palavras, mas passaremos a observar suas funções práticas e assim poderemos reconhecer as possibilidades de um fenômeno cultural, a linguagem humana.

Neste sentido de linguagem, a atividade de nossas práticas linguísticas deve tornar-se o foco dos questionamentos linguístico-analíticos. Do contrário, enveredamos por uma inútil pesquisa acerca do que subjaz como essência da linguagem. Por isso, a postura anterior de análise da linguagem que se traduzia na pergunta ‘o que é a linguagem?’ substitui-se pela questão sobre o funcionamento da linguagem nas práticas discursivas em determinados contextos sociais. Sobre o conhecimento da atividade linguística, Wittgenstein nos aconselha dessa forma: “Não pense, mas veja” (WITTGENSTEIN, 1975, § 66). A linguagem agora é, antes de tudo, uma atividade composta de palavras, mas também de gestos e sinais que

precisam ser vistos para serem entendidos em sua realidade não só semântica, mas também prática.

A linguagem não é mais um ente destituído de vida, não é uma simples estrutura sistêmica intrínseca ao indivíduo, muito menos um enunciado logicamente construído onde cada palavra representa universalmente e univocamente uma determinada coisa no mundo real. Ela abrange mais do que uma simples compreensão estruturalista ou mentalista, já que ela é uma atividade humana de nosso dia a dia, que se desenvolve em um plano cultural e social e que brota de nossa ordinária forma de existir.

A partir desta nova visão de linguagem, atrevemo-nos a dizer que aprender uma língua estrangeira não se reduz ao mero aprendizado da nomeação de objetos isolados. Do mesmo modo, para apreendermos o significado de uma palavra, não nos será suficiente recorrer às explicações de um dicionário. E isso se deve ao caráter multifacetário das palavras que se movimentam em um universo histórico de produção de regras de significação.

A análise da linguagem possibilitada pelas reflexões de Wittgenstein permite que reconheçamos a linguagem preche de sentidos, pois a atuação dos falantes se situa em um horizonte que se configura em uma forma de vida determinada, contextualizada em práticas discursivas situadas historicamente.

Assim, entendendo que o homem cria sua cultura com base em um mundo social e materialmente constituído e, que o significado da linguagem é construído em um processo dialético, achamos fundamental jogarmos luzes no campo da ciência da linguagem a partir das reflexões filosóficas de Wittgenstein e, com suas ideias, reconhecer a legitimidade de sua crítica aos limites do pensamento sobre a real capacidade do falante em sua atuação linguística.

Se, anteriormente, a análise do significado de uma expressão linguística limitava-se a procurar a ligação lógica entre um nome e determinado objeto do mundo, a partir das *Investigações* fundamenta-se a pesquisa sobre o sentido das sentenças com base em um lastro pragmático. O estudo linguístico pautar-se-á pela busca do sentido a partir de uma *práxis* humana material e concreta. O centro de questionamento sobre os sentidos da linguagem situa-se, a partir de então, no mundo de uma comunidade linguística que propicia o entendimento entre seus participantes. Análogo a essa ideia, tem-se, no mesmo século, a concepção laboviana de 'comunidade de fala' como espaço primordial para compreensão dos

inúmeros sentidos da linguagem. Atuando linguisticamente, os indivíduos produzem jogos, quando em suas atividades existenciais, em um contexto sociocultural, que possibilitam os mais variados significados. Cada membro da comunidade atua, portanto, fazendo uso de regras estabelecidas a partir de formas coletivas de vida. As regras passam a ter destaque nessa análise da linguagem “por conta de duas firmes convicções: em primeiro lugar, a linguagem é uma atividade guiada por regras; e, em segundo, o caráter apriorístico da lógica, da matemática e da filosofia provém dessas regras” (GLOCK, 1998, p. 312).

A compreensão construída, segundo o panorama teórico acima, corrobora-se pelas seguintes palavras de Wittgenstein:

[...] pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ – se não para ‘todos’ os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a ‘significação’ de um nome elucida-se muitas vezes apontando para o portador (1975, § 43).

Logo, percebe-se com esta perspectiva social da linguagem que o uso que se faz dela, permite-nos um domínio empírico para seu próprio esclarecimento. Em outras palavras, não nos é possível discutir com propriedade a linguagem e seus efeitos sem dizer nada sob sua base social e histórica, sem a apresentação panorâmica do uso social onde se desenvolvem concretamente. O termo ‘uso’ também é fundamental para compreendermos essa visão antirrepresentacional da linguagem, pois segundo as ideias de Wittgenstein “aprendemos o significado das palavras, aprendendo como utilizá-las, da mesma forma que aprendemos a jogar xadrez associando peças a objetos, mas antes aprendendo como as peças podem ser movidas” (GLOCK, 1998, p. 359-360).

Segundo Wittgenstein (1975, § 49) sobre o sentido da palavra uso e a finalidade da linguagem, ele afirma categoricamente, remetendo-se aos seus aprendizados com Frege que “uma palavra só tem significação no contexto da proposição”. Deste modo, o conceito de ‘uso’ relaciona-se diretamente com a ideia de contexto dos falantes que estão a desenvolver uma prática linguística que se encontra situada socialmente e, que se materializa segundo o estabelecimento de regras seguidas por aqueles que participam deste contexto.

2.3 A análise da linguagem enquanto *Jogos*

Nesse momento, nosso trabalho deter-se-á sobre dois conceitos fundamentais da filosofia de Wittgenstein, são eles: **linguagem ordinária e jogos de linguagem**. Acreditamos que o esclarecimento do sentido destes conceitos na filosofia de Wittgenstein nos servirá para percebermos o caráter inovador da análise linguística desenvolvida pelas reflexões filosóficas em obras como *Cadernos Azul e Marrom* (1989) e *Investigações Filosóficas* (1975).

Começamos, então, pelo conceito de ‘jogos de linguagem’, e, na sequência abordaremos o conceito de linguagem ordinária.

A criação do conceito de ‘jogos de linguagem’ relaciona-se ao que podemos chamar de uma teoria do significado enquanto uso. Não é à toa, que em um primeiro exemplo na obra *Investigações Filosóficas* (1975), Wittgenstein cria uma situação prática em que temos dois pedreiros em ação, e, enquanto um grita ‘lajota’ o outro apanha uma e a entrega para seu parceiro. Deste modo, percebemos uma crítica inicial ao modelo de análise de linguagem que a concebe apenas em seu caráter nominativo, pois fica claro que uma regra gramatical habitual e prática, comungada pelos usuários-falantes, representa uma dimensão linguística bem mais profunda no que diz respeito ao uso de nomes e coisas em um universo comunicacional. Senão vejamos, a expressão ‘lajota’, enunciada pelo primeiro, não tem a simples finalidade designativa. Mais que isso, tal expressão traduz-se em um comando, em uma sentença bem mais ampla que o próprio termo ‘lajota’. O segundo pedreiro escuta o comando expresso pelo termo e o entende como ‘traga-me uma lajota’, Vendo, segundo esta ótica, é possível entender a visão limitada de linguagem que vigorou por um largo período de tempo no pensamento ocidental, desde Platão até as teorias linguísticas mentalistas.

Para Wittgenstein (1975, § 130), os *jogos* “figuram muito mais como *objetos de comparação*, que, através de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem”. O modelo de compreensão da natureza da linguagem, chamado de agostiniano, não permite a visualização do caráter multifacetário de nossas expressões linguísticas. “A linguagem agostiniana usada pela filosofia tradicional engessa o pensamento, pois ao se colocar fora do mundo da língua ordinária, busca ‘explicações’ e ‘soluções’ sem sentido para o pensamento filosófico” (SILVA, 2012, p. 12). Conforme as próprias palavras de nosso filósofo

austríaco, contidas nas *Investigações*, podemos deduzir que ocorre um alargamento do sentido de linguagem propiciado pelo uso do conceito de ‘jogos de linguagem’.

Podemos também imaginar que todo o processo do uso das palavras é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “jogos de linguagem”, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem. (WITTGENSTEIN, 1975, § 7).

Entendendo a linguagem enquanto atividade, enquanto jogo, abandona-se uma concepção metafísica da palavra, pois não se pergunta pela sua essência e sim pelo modo como é usada. Nas suas palavras, Wittgenstein dirige sua incisiva crítica a essa maneira de pensar a linguagem afirmando que “a consideração lógica investiga a essência de todas as coisas. Quer ver as coisas a fundo, e não deve preocupar-se com o isto ou aquilo do acontecimento concreto” (WITTGENSTEIN, 1975, § 89). Entretanto, segundo uma análise que leva em conta a linguagem ordinária como o foco do analista da linguagem, o primeiro passo metodológico é voltar-se primordialmente para a concretude de nossos atos linguísticos. Neste momento, ela – a linguagem – não será mais abordada como um ente unificado, isomórfico, preso em uma estrutura lógica e formal. Neste rumo, afirmam Dall’Agnol *et al.* (2012, p. 61) “[...] com o conceito de *jogo* de linguagem, o autor das *Investigações* quer ressaltar o fato de que a linguagem, assim como um jogo, é uma prática humana, enraizada em instituições humanas, enfim, na nossa forma de vida”.

Essa compreensão aprofundada dos ‘jogos de linguagem’, enquanto uma metáfora torna-se a pedra de toque que sustenta a crítica da concepção essencialista de linguagem inaugurada por Platão em *Crátilo*. No parágrafo 23, das *Investigações*, Wittgenstein apresenta inúmeros modelos de ‘jogos de linguagem’, tais como ‘dar ordens’, ‘relatar um evento’, ‘cantar cantigas’, dentre dezenas de outros. Com isso, ele demonstra que as sentenças de uma linguagem arquetípica não se limitam apenas aos moldes de uma proposição geral, como sustentara no *Tractatus*.

As sentenças gramaticais que surgem em nosso horizonte linguístico transmutam-se nas variadas formas de jogos, e estes, não possuem, em razão disso, uma forma comum. Wittgenstein recusa-se a apresentar uma forma lógica e necessária para os ‘jogos de linguagem’. Os jogos possuem entre si apenas

similitudes familiares, mas não um traço identitário que representasse uma essência intrínseca às nossas mais diversas formas de expressão linguísticas.

Todo esse caráter não unívoco dos jogos linguísticos se manifesta nas múltiplas atividades sociais das quais os falantes participam. Os 'jogos de linguagem' que usamos em nossa comunidade, com seus elementos linguísticos e extralinguísticos, possuem caracteres familiares, por isso participamos de um circuito linguístico sem estranhamentos constantes, entretanto, se mudarmos para outro país, nós sentiremos imediatamente certa estranheza nas expressões estrangeiras que estarão a nos circundar, pois estas serão expressões que dirão respeito ao modo de vida dos nativos deste contexto, portanto, o desconhecimento deste contexto vivencial causar-nos-á bastante embaraço. Esse contexto vivencial da linguagem, em muitos dos casos, representa o aspecto comum e prosaico da linguagem, aspecto esse em que originariamente nos encontramos imersos desde quando surgimos no mundo. Por essa razão, Wittgenstein prioriza a análise da linguagem em seu nível ordinário, pois é a instância existencial mais autêntica e criadora de nossas práticas sociais de comunicação.

Enfim, a linguagem de que tratamos aqui, é, antes de tudo, a linguagem do cotidiano, a linguagem ordinária com suas inúmeras limitações, com suas ambiguidades, com suas inexatidões semânticas. Daí, os aspectos paradoxais da linguagem, pois se de um lado apresenta-se como obstáculo para um conhecimento claro, de outro ela é a própria condição para o possível conhecimento humano. Não se podendo apresentar uma essência da linguagem, Wittgenstein aconselha a "em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas sim que estão *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes" (WITTGENSTEIN, 1975, § 65). É em seu uso, que as palavras estão vivas, providas de uma vitalidade que garante um estudo analítico da linguagem considerada em seu contexto global. O trabalho do analista da linguagem é, sem dúvida nenhuma, partindo dessas ideias, um trabalho terapêutico, reconduzindo o indivíduo ao correto manejo de sua linguagem. Não por outro motivo, diante desta problemática, precisamos reconhecer um dicionário como o 'cemitério' das palavras, pois estas adquirem vitalidade apenas quando de seu emprego pelos falantes em determinado contexto sociocultural.

Os ‘jogos de linguagem’ associam-se ao conceito de ‘forma de vida’ que desponta no pensamento wittgensteiniano, uma vez que nos ajuda a esclarecer a compreensão da linguagem a partir de seu caráter pragmático, associado aos usos da linguagem em uma linguagem ordinária comungada por falantes de um mesmo contexto social. É como o autor do Caderno Azul afirma:

Considera, por exemplo, os jogos de tabuleiro, com seus múltiplos parentes. Agora passe para os jogos de cartas: aqui você encontra muitas correspondências com aqueles da primeira classe, mais muitos traços comuns desaparecem e outros surgem (WITTGENSTEIN, 1975, § 66).

Se Wittgenstein não busca nos proporcionar um conceito de ‘jogos de linguagem’, podemos pelo menos atentar para uma possível definição sua enquanto combinação de palavras, de atos, de comportamentos que permitem o entendimento de um processo de ‘uso’ da linguagem em um horizonte mais abrangente. Então, ora o jogo de linguagem constitui-se enquanto uma atividade social, ora tem origem em ‘uma forma de vida’.

2.4 A linguagem e seu fundamento: ‘uma forma de vida’

Aqui me detenho no esclarecimento sobre o conceito de forma de vida, pois se encontra intimamente ligado ao conceito de ‘jogos de linguagem’, podendo com isso enriquecer nossa análise. Por isso, vejamos: conceito de *forma de vida* desponta, em no mínimo, seis momentos no transcurso das Investigações Filosóficas, denotando o envolvimento frequente entre cultura, visão de mundo e linguagem. Nesta última, temos a possibilidade de entendimento de nossas formas de comunicação, bem como, praticamente, nosso meio prático de interação sociocultural. Basicamente, a necessidade de comunicação entre os homens pode ser apontada como motivo fundamental do desenvolvimento da linguagem, permitindo que os indivíduos se relacionem em comunidade, constituindo concretamente determinadas formas de vida que, por sua vez, fundamentam materialmente as diversas regras de relacionamento em sociedade. A ‘forma de vida’ para Wittgenstein “ênfatiza o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem” (GLOCK, 1998, p. 173-174).

A fuga de uma concepção de linguagem metafísica, que busca uma essência para a relação entre nome e coisa, passa pela construção de uma nova imagem da linguagem em que se inserem novas categorias componentes de nossas práticas discursivas. Em nosso caso específico, são expressões como ‘jogos de linguagem’, ‘forma de vida’ e ‘linguagem ordinária’. Deste modo, é nas *Investigações* (1975) que se entrelaçam o uso da língua e a práxis humana para uma leitura interpretativa das circunstâncias culturais que clarificam o sentido das construções linguísticas. Segundo Wittgenstein (1975, § 98),

[...] é claro que cada frase de nossa linguagem ‘está em ordem, tal como está’. Isto é, que nós não *aspiramos* a um ideal: como se nossas frases habituais e vagas não tivessem ainda um sentido totalmente irrepreensível e como se tivéssemos primeiramente de construir uma linguagem perfeita.

Por intermédio do conceito de *forma de vida*, corolário teórico dos ‘jogos de linguagem’, consistindo no espaço humano onde estes últimos efetivam-se, ancoramo-nos no reino da comunicação, que se desenvolve no dia-a-dia de nossos cotidianos prosaicos e, no âmbito da linguagem ordinária para uma autêntica e eficiente compreensão de nossas competências linguísticas e comunicacionais.

A aprendizagem da linguagem (e aqui o entrelaçamento problemático entre as preocupações de Wittgenstein e os estudos linguísticos modernos) pode ser vislumbrada como algo parecido com um treinamento no espaço social. Treinamento este vazado de regras convencionadas culturalmente e seguidas pelos falantes. Só há a linguagem que, construída pelos homens em um espaço sociocultural, não comporta termos exatos em razão de uma multiplicidade de usos de seus termos. Conforme Wittgenstein (1975, § 569), “a linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos. Pensamos talvez que não possa fazer uma *grande* diferença *quais* conceitos empreguemos”. A análise da linguagem a partir da linguagem ordinária, em um plano empírico, nos leva a reconhecer os ‘jogos de linguagem’ como uma realidade não *necessária*, uma realidade de caráter *contingente*, sofrendo alterações em seus inúmeros e diversificados circuitos de uso. Nas palavras de Wittgenstein (1975, § 655), “não se trata da explicação de um jogo de linguagem pelas nossas vivências, mas da constatação de um jogo de linguagem”. Neste plano inovador de compreensão da natureza da linguagem, a partir dos conceitos em discussão, fazer uso de uma língua demanda que o falante

participe de uma atividade orientada por regras de uma gramática informal, uma gramática escrita por *formas de vida*. É como se ensina nas Investigações:

[...] não se pode dizer que: 'sem linguagem não poderíamos nos entender uns com os outros', mas sim: 'sem linguagem não poderíamos influenciar outros homens desta ou daquela maneira, não poderíamos construir estradas e máquinas' etc. E também que: 'sem o uso da fala e da escrita os homens não se podem entender uns com os outros. (WITTGENSTEIN, 1975, § 491).

Acompanhando este raciocínio, é possível entender que a linguagem não nos serve apenas como recurso de entendimento humano, mas como recurso capaz de fazer coisas, produzir formas materiais de influência e poder de uns sobre os outros, em um plano humano de produção discursiva. A linguagem ganha visibilidade diante das inúmeras práticas linguísticas que seguem regras em nosso cotidiano. É o caso das brincadeiras infantis que se fazem diante de regras a serem obedecidas, não havendo graça quando são desrespeitadas. Também, no campo adulto, as atividades solenes que circundam os contratos negociais que comportam regras, garantindo a legitimidade de seus atos quando seguidas fielmente e, originando nulidades ou anulabilidades jurídicas dos acordos, quando não obedecidas.

3. A NATUREZA SÓCIOPRAGMÁTICA DA LINGUAGEM: UMA ANÁLISE DAS INVESTIGAÇÕES

A análise da linguagem, com a qual nos envolvemos, no trabalho em questão, visa a pugnar contra as possibilidades do surgimento de desentendimentos de nossa consciência quando de um uso indevido da linguagem. Mas o sucesso de nossa pesquisa acadêmica dependerá de reconhecimento constante de algumas noções, tais como:

i) Uma possível compreensão da linguagem requer que tomemos as **formas de vida** assim como **os jogos de linguagem** enquanto recursos vitais para as devidas compreensões críticas da linguagem;

ii) Também, a gramática de nosso uso cotidiano, que abriga elementos linguísticos e extralinguísticos, não comporta uma essência a priori que baste as nossas inúmeras necessidades de comunicação para supressão de nossas demandas sociais e existenciais; e,

iii) As limitações encontradas na linguagem ordinária serão superadas não a partir de um manual linguístico de correção dos falantes, mas conforme o reconhecimento constante de espaços vagos de sentido em razão do uso inadequado e inoportuno de certas expressões, necessitando nestes momentos de substituição por expressões mais adequadas, menos inexatas. Nisto consiste o uso efetivo da linguagem.

Devemos, portanto, conhecer claramente o funcionamento da linguagem para o correto emprego do conhecimento teórico sobre o mundo. Logo, reconhecer o caráter pragmático e, não meramente lógico da realidade de nossas práticas linguísticas, levar-nos-á ao emprego eficiente de nossos recursos linguísticos para o conhecimento aprofundado e crítico da realidade do mundo e do homem.

Desde o início o homem busca integrar-se à coletividade e, nessa integração, brota a linguagem enquanto instrumento munido de signos com funções, segundo seus usos em determinados contextos comunicativos. Torna-se compreensível, então, que quando a linguagem tem seu uso é que produz seus significados, e não somente quando se presta a referir-se a algo no mundo. Portanto, o uso da linguagem no contexto social é o pano de fundo para compreendermos o caráter

pragmático conferido pelos ‘jogos de linguagem’ e formas de vida, elementos constitutivos de nossa linguagem ordinária.

Para Wittgenstein, restava insuficiente esse modelo nominativo de linguagem, pois gozava de certo primitivismo, mostrando apenas uma finalidade da linguagem. “Em outras palavras, a linguagem agostiniana privilegia o fenômeno *objeto-designação* e fixa a pesquisa na busca do substantivo, de coisas a correlacionar, como significados” (SILVA, 2012, p. 41).

Para tanto, Wittgenstein estabelece, como objetivo de suas críticas à linguagem nas *Investigações*, o reconhecimento da necessidade de uma análise fundada em um perspectivismo metodológico, submetendo-se o objeto de pesquisa a inúmeros questionamentos para, deste modo, permitirmo-nos a uma compreensão mais próxima da riqueza semântica de nossas atuações linguísticas. Para isso faz-se necessário desfazermos de tarefas inglórias como a tentativa de buscar uma estrutura última da linguagem, encontrar uma ordem *a priori* que ligue a lógica ao mundo, tarefas estas abraçadas pela tradição metafísica do pensamento ocidental.

Wittgenstein (1975, § 12), nas *Investigações*, compara a linguagem à cabine de um maquinista que, contendo inúmeras alavancas, comporta um número diverso de funções para seu correto funcionamento. Esta metáfora nos leva a compreender que existem muitos sistemas linguísticos em que cada termo e cada enunciado ganham sentidos distintos.

À maneira das lições de Wittgenstein (1975, p. 218), “uma nuvem inteira de filosofia se condensa numa gotinha de gramática”. Tal ideia deve iluminar nossa consciência, quando da tentativa de conhecimento do mundo, pois sem o reconhecimento adequado da riqueza de nossos possíveis recursos de comunicação, quando usamos a linguagem, enquanto espaço de discussão e questionamento de nossa realidade mundana e existencial, fatalmente enveredaremos por quimeras e falsas questões no campo das Ciências Humanas. Não é à toa que na mesma direção preleciona nosso autor, “uma causa principal das doenças filosóficas – dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos” (WITTGENSTEIN, 1975, § 593). Quedaremos, então, ‘doentes’ enquanto, em nossa análise da linguagem, não considerarmos em nossa pesquisa os diversos números de regras que regem as atividades linguísticas, assim como, enquanto isolarmos as expressões linguísticas de seus devidos contextos de origem, impossibilitando a compreensão da dimensão ampla da gramática profunda

da linguagem. Não é por outra razão, que o autor do *Tratado* prescreve para essa doença o seguinte: “o que quero ensinar é: passar de um absurdo não evidente para um evidente” (WITTGENSTEIN, 1975, § 464).

O critério de legitimidade de nossos discursos é possibilitado pelos **jogos de linguagem** e pelas **formas de vida** que também justificam nossos atos linguísticos. Conseqüentemente, a linguagem ordinária escapa a uma fundamentação lógica, não se eximindo, entretanto, de uma análise crítica. A linguagem ordinária nos serve de limite daquilo que é possível ser dito com clareza e daquilo que nos causa confusão de sentido. No espaço vivo da linguagem ordinária, os sentidos são produzidos. Nesse mesmo sentido, alinha-se Bortolo Valle, quando afirma que “não é possível desconsiderar a força do cotidiano. Não podemos nos iludir atribuindo ao cotidiano um sentido de simplicidade vulgar” (VALLE *apud* DALL’AGNOL *et. al.* 2012, p. 170). O percurso certo de nossas pesquisas sobre a linguagem e sua natureza nos leva ao lugar familiar da linguagem: o contexto de seu uso, na comunidade de fala, conforme a teoria de Labov ou, de acordo com os atos de fala e sua força performática, na filosofia de Austin.

No cotidiano de nossa atividade linguística, o significado das expressões não depende, essencialmente, das intenções dos falantes, mas, por outro lado, as intenções são formadas e tornadas possíveis – elas próprias – por meio dos hábitos, das práticas e das instituições de uma comunidade linguística, uma vez que “pensar, não é nenhum processo incorpóreo que empresta vida e sentido ao ato de falar, e que pudéssemos separar do falar” (WTTGENSTEIN, 1975, p. 117).

Segundo as ideias acima, a linguagem não nos será apenas um instrumento de interpretação da realidade, instrumento de descrição das coisas, mas sim a maneira pela qual poderemos interagir socialmente numa comunidade. Por esta razão, as palavras não possuem vida fora deste contexto de atividades humanas. O arcabouço social da linguagem leva por terra a possibilidade da existência de uma linguagem particular, forjada para experiência mental e espiritual de um único indivíduo, uma linguagem que só pudesse ser entendida por uma pessoa, seu criador. Esta ideia está presente em certas filosofias modernas “desde Descartes, passando pelo empirismo inglês clássico e pelo kantismo, até o representacionismo cognitivo contemporâneo” (GLOCK, 1998, p. 230).

Não se preocupa esse trabalho de análise da linguagem com a descoberta de essências das coisas, filiando-se a um tratamento próprio de um metafísico que fica

a busca de essência última das coisas. Por esse motivo, recorremos à obra *Investigações* onde não há uma definição exata de ‘jogos de linguagem’, muito menos de linguagem, uma vez que nessa obra o exercício crítico pretende o abandono dessa análise filosófica: aquela de que cada palavra corresponde a um objeto, portanto as proposições elementares são o fundamento único e universal do mundo dos fatos. Não por outro sentido, afirma Wittgenstein (1975, § 122) que “uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras”. Em razão dessa limitação de perspectiva, costumam os usuários aterem-se mais ao aspecto formal da linguagem, esquecendo-se do caráter funcional e pragmático das práticas linguísticas. Já, a partir das ideias de Wittgenstein, as divagações analíticas caminham no sentido contrário dessa concepção, é o que podemos deduzir das seguintes palavras: “todo signo *sozinho* parece morto. *O que lhe dá vida?* – No uso, ele *vive*. Tem então a viva respiração em si? – Ou o *uso* é sua respiração?” (Investigações Filosóficas, 1975, § 432).

Assim, um *jogo de linguagem*, enquanto resultado de um processo histórico-social, cria um liame indissolúvel entre o uso e o aprendido que se estabelece no contexto discursivo de uma *forma de vida*. Portanto, nosso trabalho nos levou a explorar a riqueza teórica de certos conceitos da obra de Wittgenstein para procedermos a um domínio científico e filosófico da linguagem e de suas propriedades. Logo, “nesse processo, esquecemos que já o próprio dominar é um complicado jogo de linguagem que só pode ser entendido por aquele que já aprendeu a técnica do uso da linguagem” (STEGMÜLLER, 1977, p. 448-449).

Nosso principal objeto de pesquisa e reflexão é a linguagem e a construção dos sentidos a partir da análise do contexto social em que se perfazem os discursos. Pretendíamos, com nossa pesquisa, recorrer de modo exploratório à ascendência filosófica destes paradigmas wittgensteinianos para a compreensão da linguagem, pois no solo comum à linguística e à filosofia encontra-se o problema do significado e do sentido das palavras, e, para esclarecer este problema, Wittgenstein (1975, § 23) sustenta a ideia de que “o termo ‘jogo de linguagem’ deve [...] salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. Por esse motivo, trabalhar nossa análise com o conceito *linguagem ordinária* – entendendo por linguagem e seu uso vital – alarga o campo de pesquisa e estudo da problemática linguística, já que não nos limitamos à noção de linguagem que se

prende ao seu aspecto normativo – preceitual, uma vez que a análise da linguagem tem por alvo situações práticas da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu contribuir com a compreensão das ideias desenvolvidas por Wittgenstein sobre a importância da linguagem, enquanto atividade humana ligada ao campo cultural e social de nossa história. Contudo, tal propósito nos remete a análises que nos força a trabalhar não só no campo linguístico, mas também em um espaço em que se desenrolam preocupações epistemológicas e morais.

No exercício da execução de nossa meta, buscamos a constituição de um texto claro e objetivo, sem comprometer a seriedade e profundidade do tema, portanto um trabalho que se moldou segundo a normatividade acadêmica, e que em algumas passagens se apresenta com rasgos ensaísticos.

É uma pesquisa que tem um pé no campo das preocupações e problemáticas gestadas no seio das ciências da linguagem que se estruturam na aurora de nossa contemporaneidade ocidental, e, o outro pé nas inquietações mais longínquas enfrentadas por pensadores e filósofos que representam a formação de uma história do pensamento humano.

Em razão da riqueza e gravidade que caracteriza o campo teórico de nossa problemática, ajustamo-nos à análise de conceitos indispensáveis para uma abordagem crítica e interpretativa do pensamento de Wittgenstein sobre a linguagem e seus efeitos no modo de agir e conhecer do homem e de seu mundo. Por esta razão, dispusemo-nos a compor um trajeto, a princípio, histórico, para que fosse possível percebermos o desenvolvimento das discussões filosóficas sobre o papel e importância da linguagem na existência dos indivíduos. Com este levantamento histórico, foi possível contextualizar os modos como se tentou dar sentido à natureza de nossas práticas linguísticas.

Contudo, em razão dos limites formais e circunstanciais de nossa empreitada acadêmica, buscamos uma sequência histórica seletiva e exemplificativa, sem comprometer a sequência lógica e cronológica do tratamento teórico e científico que se desenvolve a respeito do ponto central em nosso trabalho, que é a linguagem e sua importância para o conhecimento e a ação dos homens.

Nossa trajetória histórica, com fins à composição de uma genealogia da problemática teórica sobre a linguagem humana e sua natureza, inicia-se com os

gregos antigos, pois foram eles que, primeiramente, no Ocidente, buscaram aprofundar as discussões sobre o homem e sua realidade existencial.

De início, detivemo-nos nas preocupações ocasionadas pelo movimento sofístico que se dá no início do período clássico do pensamento grego antigo, quando o homem grego encontra-se ligado a práticas cívicas e políticas, que se constituem a partir do exercício de uma oratória esmerada e técnica em favor dos debates em praça pública, com fins à melhor condução dos destinos da cidade-Estado. Nesse contexto, a linguagem é instrumento indispensável para a ação política, pois o encaminhamento das discussões públicas desenvolvia-se a partir de uma dialética exercitada por profissionais da oratória. Assim, a linguagem e suas atividades não se associam ao conhecimento humano, mas, principalmente, ao agir e discutir a sociedade política.

Um pouco mais adiante, detivemo-nos no trabalho de Platão, para reconhecermos o caráter crítico, dado por este filósofo à importância da linguagem e seu papel no conhecimento humano. Doutrinas à parte, o que restará como contribuição fundamental destas discussões platônicas é a ideia de que pela linguagem buscamos a construção de um juízo verdadeiro sobre o mundo. Deste modo, a atividade linguística tem um propósito não somente prático, mas também epistemológico, uma vez que os questionamentos sobre a linguagem nos levam a questionar os juízos humanos e seus direcionamentos em relação ao seu caráter representacional das coisas que nos circunda.

Já, nos primórdios do Ocidente Medieval, detivemo-nos na produção intelectual de Santo Agostinho. Em suas análises, Agostinho busca compreender o aspecto semântico da linguagem, sustentando a tese de que com o signo passamos a conhecer o objeto, uma vez que a significação na linguagem estaria adstrita ao objeto representado pelo signo.

Em Jean-Jacques Rousseau, que associa a linguagem humana às necessidades afetivas do homem e ao seu desenvolvimento espiritual e artístico, a evolução linguística seria responsável, também, pela construção de conceitos genéricos e universais que não mais se prendem a uma realidade do aqui e agora e, que, com o tempo contribui para a desigualdade entre os homens.

Ao adentrarmos no período contemporâneo, reconhecemos o papel fundamental dado às pesquisas do século XIX, que se voltou para um reconhecimento histórico do surgimento das línguas. Tudo isso, fruto da enorme

preocupação com a formação dos povos antigos. O ponto de partida é a publicação do texto “sobre a língua e a sabedoria dos hindus”, de F. Schlegel, em 1808, em que se sustenta a tese da possibilidade de parentesco entre sânscrito, latim, grego, gótico e persa. Este e outros estudos, deste período, contribuíram para o surgimento do método comparativo a ser utilizado nas pesquisas sobre as línguas antigas e seus graus de parentescos.

Ao nos determos no século XX, buscamos destacar o ‘desvio’ ocorrido nas discussões filosóficas e científicas em direção aos problemas suscitados, na tradição do pensamento Ocidental, em razão da compreensão inadequada da linguagem. É, neste período, que se desenvolve na Inglaterra a Filosofia Analítica que redundará, mais tarde, no surgimento de um grupo de pensadores voltados para a análise filosófica e linguística da linguagem ordinária e seus efeitos. Dentre estes pensadores, podemos destacar G. Frege, Wittgenstein, J. Austin, W. Labov, que desenvolvendo abordagens peculiares às suas preocupações, traziam, contudo, um traço comum: a compreensão de que os problemas científicos e filosóficos passavam, necessariamente, pela análise dos limites da linguagem, enquanto instrumento de construção e exteriorização dos juízos humanos sobre o mundo.

Ao encerrarmos nosso trajeto, acreditamos ter dado à nossa pesquisa um embasamento histórico que possa nos servir de moldura para reconhecer as inúmeras abordagens sobre a questão e o sentido da linguagem no Ocidente.

Por outro lado, é possível percebermos que o tratamento que se dá em nossos dias à linguagem é oriundo de muitas discussões que se desenvolveram há muito em nossa história do pensamento ocidental. Também, não nos estranha a inegável importância dada à linguagem como objeto de diversas áreas do conhecimento humano, pois que se descobre que as atividades linguísticas explicam muito de nossas manifestações no campo da moral, da política, da cultura e da comunicação, dentre outros campos do conhecimento humano.

Percebe-se que o resultado desta preocupação com a linguagem, ocupando o centro das discussões, culminará com o surgimento da Filosofia da Linguagem como um ramo da Filosofia que busca a discussão sobre uma produção humana fundamental para sua existência: a linguagem. Contudo, diferente da linguística que consiste na análise da linguagem, segundo um olhar objetivo, tal qual a de um cientista, a Filosofia da linguagem entende que a linguagem em análise será tratada, antes de tudo, pela própria linguagem. Portanto, a linguagem, objeto de estudo, será

criticada por intermédio de um discurso que se materializará através da própria linguagem. Além do mais, a Filosofia da linguagem tem aspectos metodológicos multifacetados, pois inúmeras serão as perspectivas exploradas para conhecimento da linguagem; para alguns, ela deve ser livre de ambiguidades, enquanto, para outros, resta a ideia de que a linguagem surge e se desenvolve em um plano coloquial, prosaico, fadado a comportar, em si, diversos sentidos.

Sem querer resolver o dilema, é reconhecível a importância dada a linguagem em ambas as fases da produção filosófica de Wittgenstein, pois, em seu pensamento, a linguagem passa a ser a preocupação maior da Filosofia. Há o destaque maior dado às práticas linguísticas em comparação com outros alvos de reflexão filosófica, como os problemas ontológicos ou epistemológicos. A linguagem passa a ser entendida, enquanto uma atividade humana de nosso dia a dia, como algo que se desenvolve em um plano cultural e social e que brota de nossa ordinária forma de existir. Em muitos casos, sob uma ótica pragmática, sustentada em suportes extralinguísticos, como: gestos, olhares, silêncios, modulações de voz etc. Como exemplo prático de nosso cotidiano, o apito de um guarda de trânsito que representa por meio de um sopro o comando para uma atitude a ser tomada pelo interlocutor.

A partir das ideias estudadas na obra *Investigações Filosóficas*, passa-se a compreender que a tarefa fundamental de um analista da linguagem é reconhecer as fronteiras da linguagem que utilizamos em nosso cotidiano, distinguindo seus diferentes usos, sem deixar de reconhecer a variação semântica que cada palavra possui, em razão dos contextos diferenciados.

Os capítulos foram projetados com fins a apresentar uma discussão que enriquece, de modo substancial, a análise crítica da linguagem, permitindo que se perceba a incongruência ao se conceber a linguagem dissociada de um contexto de vida. Por outro lado, estes estudos e seus resultados buscam superar a ideia de significado da linguagem limitando-se à sua função denotativa apenas, além do mais, para que o apropriar-se do funcionamento habitual dos 'jogos de linguagem', permita que se compreenda com propriedade a linguagem em toda sua condição vital. Condição esta que se caracteriza pelo caráter de mudança constante das práticas linguísticas, pela mutabilidade presente no mundo.

Assim, dominar uma palavra, uma expressão, uma linguagem não se reduz a conhecer os correlatos no mundo do enunciado empregado no contexto discursivo.

É justamente na interação entre os falantes que a linguagem vai adquirir sua função, tornando-se atividade comunicativa entre seus usuários.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. (Coleção os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- AGOSTINHO, Santo. **De Magistro; Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Tradução de Ângelo Dicci. (Coleção os Pensadores).
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros dos discursos**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CAMACHO, Roberto Gomes. **Norma culta e variedades linguísticas**. São José do Rio Preto: Universidade de São Paulo, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. 1ª ed. São Paulo: Ática. 2010.
- DALL'AGNOL, Darlei. *et. al.* (Orgs.) **Wittgenstein em retrospectiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.
- FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. *In* MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina [orgs.]. **Introdução à linguística: pensamentos epistemológicos**. Vol. 3. São Paulo: ed. Cortez, 2011.
- GADAMER, Hans. **Verdade e método**. Tradução de Paulo Flávio Meurer. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: EDUSF, 2005.
- GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GRAYLING, A. C. **Wittgenstein**. São Paulo: Loyola, 2002.
- GUY, G. **A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística**. *Organon*, [s. l.], v. 14, n. 29, p. 17-32, 2002.
- HJELMSLEV, Trolle. A estrutura e o uso da língua. *In*: **Textos selecionados**. (Coleção Os Pensadores). Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- JAEGER, Werner. **Paideia. A formação do homem grego**. Tradução de Arthur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Os pensadores. Vol. 01. São Paulo: Nova Cultura, 1974.
- LABOV, W. **Consequências do pragmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. Tradução de João Duarte.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MORENO, Arley A. **Wittgenstein: os labirintos da linguagem: estudos introdutórios**. São Paulo: Moderna, 2000.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística: pensamentos epistemológicos**. Vol. 3. São Paulo: ed. Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmático**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **De L'interpretation: essai sur Freud**. Paris: Seuil, 1965.

RORTY, Richard. **Consequências do Pragmatismo**. Tradução João Duarte, Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

ROSSEAU, J-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre homens**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

SEVERO, Cristine Gorski. **A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões**. Revista Voz das Letras, Santa Catarina, n. 9, jan/jun. 2008.

SILVA, Marconi Oliveira da. **Wittgenstein: Para além da linguagem agostiniana**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2012.

SPANIOL, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein: uma luta contra o enfeitamento do nosso entendimento**. São Paulo: Loyola, 1989.

STEGGMÜLLER, W. **A filosofia contemporânea**. Tradução Edwino A. Royer. Vol. 01. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1977.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Los cadernos azul y marrom**. Tradução de Francisco GarciaGuillen. Madrid: Tecnos, 1989.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosóphicus**. Tradução e Apresentação José Arthur Giannotti. São Paulo: EDUSP, 1968.